

BEATRIZ SAKS HAHNE

**A VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DE
RELATOS DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM O
ATENDIMENTO A CRIANÇAS**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Psicologia

2008

BEATRIZ SAKS HAHNE

**A VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DE
RELATOS DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM O
ATENDIMENTO A CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para a
graduação no curso de Psicologia, sob
orientação do Prof. Dr. Fábio de Oliveira.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Psicologia

2008

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas sem as quais certamente o caminho deste trabalho teria sido ainda mais árduo.

Aos meus pais, minhas irmãs e minha avó pelos momentos de briga e de reconciliação, mostrando-me que um lugar de afeto seguro é maior que tudo.

Aos professores que me inspiraram ao longo de todos esses anos, em especial àqueles que me mostraram que o caminho deste estudo era possível e que, por mais difícil que fosse, incluía não somente medos e angústias, mas também muita ternura. Agradeço em especial à Lurdinha, Bel Kahn e Miriam Debieux.

Aos amigos do Fórum Paulista da Luta Antimanicomial, pelas palavras, pelos desacordos, pelas viagens e pelas “loucuras” permitidas que vêm fazendo parte da minha vida há algum tempo.

Às amigas da DERDIC pelas trocas de experiências e de teoria durante os últimos dois anos. Obrigada em particular à Jô, supervisora que muitas vezes foi além de sua função, sendo amiga, parceira e, inclusive, mãe em alguns momentos.

Ao Fábio, orientador deste trabalho, pelas conversas, pela ajuda constante e pela força que tem me dado ao longo desse ano para além do TCC, sempre me incentivando a seguir caminhos desafiadores. Ter contado com a sua parceria foi fundamental.

Aos amigos, antigos e novos, por tudo que me ensinaram e pelas muitas experiências vividas. Em especial àqueles que me acompanharam nesse trajeto e me mostraram as muitas maneiras de enfrentar as mais diversas ‘violências’ cotidianas.

Escuta, eu não quero contar-te o meu desejo
Quero apenas contar-te a minha ternura
Ah se em troca de tanta felicidade que me dás
Eu te pudesse repor
- Eu soubesse repor -
No coração despedaçado
As mais puras alegrias de tua infância!

O impossível carinho, Manuel Bandeira

Beatriz Saks Hahne. A violência na infância: um estudo a partir de relatos de profissionais envolvidos com o atendimento a crianças. São Paulo, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Fábio de Oliveira.

RESUMO

A partir de relatos de diferentes profissionais sobre situações nas quais crianças aparecem como os atores principais de ações violentas, este trabalho buscou compreender como se dá a relação da criança com a violência. Para isso, foi feito levantamento bibliográfico sobre agressividade, violência e criminalidade, além de uma breve passagem pela teoria de D. W. Winnicott sobre a constituição psíquica. A história da infância mereceu destaque, tendo em vista que vem sofrendo alterações ao longo dos anos e que hoje a idéia acerca da criança é ainda bastante confusa, dando espaço para múltiplas interpretações e olhares. Através das bibliografias e dos profissionais entrevistados, a criança pode ser compreendida como sujeito de desejos e desocupa o papel passivo, sendo agente ativo de alteração da sua realidade. Além disso, a violência perde caráter negativo, ganhando lugar de vida, quando compreendida através de suas múltiplas possibilidades, inclusive de delatora de condições negligentes e uma possível agente de transformações. Ao longo do trabalho foi discutida a relevância da atenção sobre essa questão, bem como o papel que todos possuímos sobre o fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: infância, violência, agressividade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
A HISTÓRIA DA CRIANÇA E A HISTÓRIA DO “MENOR”	04
SOBRE O DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO.....	12
SOBRE A “TENDÊNCIA ANTI-SOCIAL”	20
SOBRE AGRESSIVIDADE, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.....	26
METODOLOGIA.....	39
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
◦ Sobre as instituições.....	42
◦ As crianças.....	47
◦ As análises dos profissionais.....	49
◦ Encaminhamentos.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	63

INTRODUÇÃO

A idéia desse projeto de pesquisa nasceu em 2007, a partir de um estágio realizado na AMAR (Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco), localizada na Cidade Tiradentes. Entendo ter sido esse o lugar onde encontrei a realidade que estudava na Faculdade de Psicologia e com a qual me deparava diariamente nos jornais - crianças e adolescentes inseridos em uma realidade de pobreza e violência. Porém, havia uma diferença: essa dura realidade me foi apresentada de forma extremamente doce, através das muitas crianças com cujas presenças pude ser apresentada semanalmente, ao longo de um semestre.

A faixa etária das crianças com as quais trabalhei era a de dois a catorze anos. Elas apresentavam as mais diferentes histórias de suas tão recentes vidas, que iam desde crianças “esquecidas” (não apanhadas por suas mães após o período da brinquedoteca), até crianças com irmãos mais novos e dos quais eram responsáveis em grande parte do tempo. Com minha pouca experiência de trabalho, fiquei atônita ao saber que uma menina de apenas dez anos era responsável por alimentar e levar à escola seus irmãos mais novos – razão pela qual muitas vezes não pôde comparecer à brinquedoteca.

Lembro de perguntar à minha supervisora de estágio se minha preocupação em relação a uma criança tão “pequena” (três anos), que andava sozinha por Cidade Tiradentes como um pequeno adulto (cena que eu podia ver nos momentos antes e depois do trabalho na brinquedoteca), era pertinente. A resposta foi simples: *“você é adulta e aquelas pessoas, por mais independentes que possam parecer, ainda são crianças, e você, enquanto adulta, é responsável por elas”*. A resposta me confirmou que essas crianças não eram diferentes das que encontrava no meu bairro e que elas, enquanto crianças, deveriam receber o amparo que qualquer outra, em qualquer lugar, deveria.

Com o trabalho na brinquedoteca pude perceber a grandiosidade daquelas pessoas e como muitos dos seus conteúdos apresentados e que, por vezes, carregavam grande dor, eram significados por meio de brincadeiras e desenhos. Lembro claramente do dia em que Paula ¹, menina de oito anos e parcialmente responsável por seus dois irmãos mais novos, pôde me contar, pela primeira vez, um pouco de sua vida enquanto brincávamos juntas, depois de tantas investidas minhas; foi somente depois de muitos meses que Paula conseguiu sentar-se ao meu lado e falar sobre sua rotina de limpar a

¹ Nome fictício.

casa, cozinhar e levar os irmãos à escola, visto que sua mãe trabalhava longe daquele bairro e lhe atribuía essas tarefas. Esse caso, em especial, aumentou minha curiosidade em relação às crianças que se encontravam em situação semelhante (e que transmitiam uma mistura de dependência que a idade acarreta e independência que a realidade impõe).

Ao me aproximar do término do estágio e já preparando minha despedida daquele lugar e daquelas pessoas, comecei a elaborar algumas indagações: o que será delas quando crescerem? Será que se envolverão com o tráfico de drogas (que eu sabia ser uma realidade do local)? Essas questões eram rodeadas pela realidade que podia constatar – o abandono, por vezes não tão óbvio, mas, ainda assim, presente, ao qual eram submetidas.

Essas questões deram vida a muitas outras e me levaram a questionar as situações nas quais crianças, e não adolescentes (é ampla a literatura de adolescentes envolvidos com atos infracionais ²), estavam envolvidas com atos que estivessem em desacordo com a lei. Queria entender se existiam tais casos e o que acontecia com essas crianças.

Nascia, então, a primeira idéia para um objeto de estudo: crianças da Cidade Tiradentes envolvidas com atos delituosos. A discussão do tema mostrou-se extremamente relevante (pois muito atual), tendo de ser abordada em muitas frentes, não somente naquela que abarca a vítima, como visto frequentemente na mídia e nos discursos populares. Trassi (2006) ajuda a elucidar a razão de pesquisar temas de difícil contato, como a violência, e os benefícios que tais estudos trazem à sociedade:

Não há neutralidade possível frente à violência. É necessário produzir um conhecimento solidário, aquele que se aproxima, que está ali onde a dignidade humana está ameaçada, onde não existe a palavra (p. 17).

Assim, esses estudos devem dar voz a questões sociais presentes. A mesma autora fala sobre a importância da pesquisa sobre a violência, para que não restem “lados” de uma história – o estudo deve ser amplo e abordar os diversos aspectos da vida do indivíduo que cometeu a infração e daqueles que o cercam (como a família e a comunidade). A pesquisa permite a transmissão de informações que ajudem na compreensão da temática e nos torna parte da questão.

² Indico a leitura do livro *Adolescência-Violência: desperdício de vidas*, de Trassi (2006).

Para dar conta da urgência de pistas de compreensão e de ação, é necessário documentar. Documentar pra coletivizar a informação, para desenhar o que permanece ao longo do tempo e o que flutua, o estrutural e o conjuntural, para que cada um – poder público, instituições, pessoas, comunidade nacional, internacional – assuma a sua responsabilidade na produção e no enfrentamento deste fenômeno. *É necessário compreender* (Trassi, 2006, p. 16, grifo meu).

Ao longo do ano, e de acordo com o que lia, estudava e conversava com meus muitos professores e colaboradores, fechei o foco em um projeto de pesquisa. No entanto, essas conversas foram dando a idéia de que a pesquisa não deveria ocorrer diretamente com crianças, incluindo as da Cidade Tiradentes, pois o acesso ao material seria problemático, devido à faixa etária dos sujeitos envolvidos e à delicadeza do assunto.

Procurando outra maneira de acessar os conteúdos desejados, foi-me sugerido o estudo documental do caso de uma criança envolvida com situações de violência e, para poder aprofundar meu estudo, entrevistas com profissionais que trabalhassem com o público mencionado a fim de entender os encaminhamentos tomados quando situações como essas vêm à tona e chegam aos órgãos públicos responsáveis por atendê-los, como as Varas da Infância (responsável pela ordem judicial) e os Conselhos Tutelares.

No entanto, outro problema apareceu, ou seja, a dificuldade no acesso ao caso a ser estudado. Recorri a advogados, juízes e conselheiros tutelares, mas meu pedido foi sempre negado com a justificativa de que não é permitido o acesso a um caso que envolva “*menor de idade*”.

Finalmente, pensei, como uma outra maneira de abordar a questão, entrevistar profissionais de diferentes áreas de atuação, a fim de manter, ao máximo possível, meu problema de pesquisa e, ainda, tentar ampliá-lo, pensando nas ações propostas por tais profissionais e nos aparatos que possuem para seus trabalhos.

Os capítulos seguintes foram aqui colocados para servirem de base para o estudo das questões apontadas.

A HISTÓRIA DA CRIANÇA E A HISTÓRIA DO “MENOR”

O intuito deste capítulo é passar pela história da infância, chegando até sua concepção atual, que se trata de um conceito histórico, construído e alterado ao longo do tempo. Faço essa passagem para localizar o grupo que este estudo pretende focar, bem como para apontar que é relativamente recente a concepção de criança enquanto sujeito merecedor de um olhar e de direitos particulares.

Em sua obra, Santos (1996) faz um longo estudo a história da criança, utilizando-se, entre outros, do livro *História social da criança e da família*, de Ariès, no qual o autor teoriza o nascimento da identidade da infância, termo inexistente por muito tempo.

Como aponta Santos (1996), na Idade Média ainda não havia a concepção de infância como um período de vida distinto da fase adulta; era criança o indivíduo que essencialmente dependesse de um outro para continuidade de sua vida. Até os sete anos de idade, a criança, muito pequena para o trabalho, não era tida em grande consideração e, após passar essa faixa etária “crítica” (na época a expectativa de vida era muito baixa), e já apta ao trabalho, era considerada um “pequeno adulto”.

Naquela época, falar em idade era o mesmo que pensar em uma maneira de significar o mundo, pois os números continham simbolismos. Assim, segundo Ariès apud Santos (1996), as idades estavam ligadas às fases biológicas da vida e às atividades socialmente estabelecidas. Até o século XVI a indiferenciação entre criança e adulto podia ser percebida também pela vestimenta, que visava marcar apenas a diferença entre as classes sociais.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (Ariès apud Santos, 1996, p. 15).

Segundo Santos (1996), o surgimento do sentimento de infância pode ser percebido nas obras de arte que, até o século XVI, apenas raramente retratavam crianças. Até então, a família não tinha o costume de guardar retratos de suas crianças, pois, por um lado, era como se a morte sempre fosse uma forte possibilidade (devido à

baixa expectativa de vida) e, por outro, a infância não era considerada uma fase da vida a ser lembrada posteriormente.

No século XVI aparecem as representações de crianças mortas, o que significaria que a possível perda desse ente passou a ser sentida nas famílias. No século XVII a criança aparece sozinha nas obras de arte ou, ainda, no centro da família ou em atividades próprias à sua faixa etária, como brincando ou tomando lições de música. Essa novidade aponta para o nascimento de um ideal de infância, no qual a criança passa a ter papel diferenciado.

A mudança na concepção de infância trouxe alterações relevantes: não só a criança passou a receber um maior olhar de cuidado e outras atenções voltadas à especificidade de sua faixa etária, como foi também aberto espaço para a educação, antes voltada a um grupo muito particular de religiosos. Em seu início ainda imperava o olhar da criança como um pequeno adulto (afirmativa baseada no tipo de educação então oferecido), e o ensino era basicamente voltado à religião, mas, com o tempo, a escola pôde aprofundar o olhar para a infância, sua estrutura foi sendo alterada e a instituição foi gradualmente aberta aos membros das diversas classes sociais.

Nessa nova instituição foi dado início ao estudo das minúcias da infância e ao saber de uma psicologia voltada a essa fase da vida. A partir daí foi também difundida a divisão etária mais aprofundada:

Surge também a diferenciação interna entre as idades da juventude: entre a primeira infância e a idade adulta foi introduzida a infância prolongada, identificada com a etapa da escola, do colégio. E como, nas palavras de Áries, “as classes de idade em nossa sociedade se organizam em torno de instituições” (Santos, 1996, p. 20).

Nessa transição, duas mudanças foram essenciais: uma, a educacional, que dá à criança um lugar diferenciado e particular, e outra, a sentimental – do valor da infância – no qual a criança vai deixando o lugar de pequeno adulto e passa a ser posicionada no centro da família. A criança, tendo lugar de destaque, ganha também um olhar afetivo que não existia e que foi importante para o prolongamento de sua vida e para a alteração das relações familiares, onde, até então, também não havia espaço para trocas afetivas entre seus membros. Entre o final do século XVII e início do XVIII,

Surge um novo mundo, mais específico para a “nova criança”: brinquedos, museus, exposições, roupas... Contudo, as crianças serão alvo de um controle maior de sua sexualidade; sua vida privada será disciplinada e

supervisionada através de novos métodos, que incluíam punições psicológicas, condicionamento e indução ao autocontrole (Santos, 1996, p. 47).

No século XVIII mudanças importantes foram estabelecidas. Com o ideal de infância os pais passam a se relacionar com seus filhos de maneira mais afetiva, a maternidade ganha papel de destaque e a criação das crianças torna-se mais tolerante e individualizada. No entanto, velhas práticas punitivas consideradas educativas permanecem e são somadas a outras, baseadas na moral e em Deus, pois “é preciso controlar a alma e o mundo interno da criança” (Santos, 1996, p. 49). Cabe pontuar que as mudanças aqui descritas valem essencialmente para crianças das classes economicamente privilegiadas; para a classe mais pobre não vale essa nova estrutura e a criança continua “ignorada”.

O século XIX foi importante por reforçar um olhar atento aos direitos da criança, com o estabelecimento de políticas voltadas a esse grupo. Santos (1996) aponta a defesa de Bremner de que, nos Estados Unidos, a democracia na lei e a Revolução Americana contribuíram para que a relação pai-filho também se tornasse mais democrática e mais próxima. Na Europa, Rousseau teria sido um grande responsável por despertar a função parental e a incentivar maiores cuidados às crianças. Resumindo,

No mínimo, no entanto, o século dezenove foi a época em que os órgãos públicos começaram a pensar as crianças como crianças, com necessidades especiais devido a seu desamparo e vulnerabilidade, ao invés de como adultos pequenos com o direito de alugar-se por dezesseis horas por dia, ou como móveis/propriedades de seus pais (Santos, 1996, p. 53).

Todas essas mudanças colocam (ou deveriam colocar) a criança no lugar de sujeito de direitos; elas dão espaço para o aparecimento de grupos e leis que lutam por essa causa. No entanto, a criança permanece em uma posição um tanto paradoxal, por vezes envolta em fragilidade e imaturidade e, noutras, inserida no trabalho infantil.

No Brasil, a história da infância também aponta abusos e ausência de uma concepção a respeito da infância que garantisse direitos e cuidados especiais. Recorro ao texto de Trassi ³, que me ajudará a discorrer a respeito da história da criança no Brasil.

³ Texto elaborado por Trassi para a Fundação Abrinq e não publicado.

Já nos primórdios as crianças serviam como mão-de-obra e eram passíveis de explorações sexuais, físicas e psíquicas; as crianças que, por alguma razão, fossem abandonadas por suas famílias, poderiam ser adotadas por outras, para as quais serviriam como força de trabalho.

Havia as ‘rodas dos expostos’, encontradas em instituições religiosas e criadas com o intuito de solucionar os casos das inúmeras crianças abandonadas nas ruas. Como muitos recorriam às rodas, não existia verba pública e somente algumas instituições se responsabilizavam pela situação, essas incentivavam que famílias se responsabilizassem por tais crianças, afirmando que, se o fizessem, poderiam, quando a criança completasse doze anos, utilizar seu trabalho em troca de dinheiro ou moradia. Como a verba era pouca, diversas vezes as crianças eram abandonadas também pelas instituições, devendo, então, mendigar ou se prostituir nas ruas.

Com a criação da Lei do Ventre Livre, no século XIX, as ruas do Rio de Janeiro viraram lar de inúmeras crianças; esse número aumentou com o processo de urbanização. Crianças e adolescentes foram divididos em duas categorias: “pobres/abandonadas” e “delinqüentes”. À primeira era destinado o sentimento de piedade; à segunda, que devia ser contida, o de medo. Havia grande preocupação com a “vadiagem” dos jovens moradores de ruas e as soluções giravam em torno de ações punitivas.

As mudanças apontadas acima levam à origem da palavra “menor” que, até o século XIX, fazia referência a certa faixa etária e à permissão de assunção de responsabilidades. Após a independência do país, passou a indicar idade e a ser um dos critérios de responsabilidade penal. Na transição do século XIX para o XX, o “menor” passa a ser a criança ou o adolescente desprovidos de recursos financeiros e “morais”.

Ao longo do século XX um tanto do que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente começa a ser alterado. No Brasil, a constituição de 1937 é um exemplo, prevendo que o Estado deva olhar pela criança e pelo adolescente a partir de uma ótica especial, diferente da voltada ao adulto. Apesar disso,

Mesmo em sociedades em que não está em jogo a sobrevivência e as condições de dignidade da vida das crianças, encontramos outra ordem de práticas em que persistem o adultocentrismo, o exercício da dominação e a codificação da criança numa infantilização que não é sua (Vicentin, 2005, p. 27).

A política de proteção à infância era antes cuidada por entidades particulares, especialmente as religiosas. Tais políticas eram vinculadas ao Ministério da Justiça e visavam, como medida punitiva, essencialmente, a profissionalização dos jovens (nesta época o programa destinado a esta área era o SAM – Serviço de Assistência aos Menores). Esta afirmação aponta para um caráter correcional e não educacional, que parece persistir até hoje.

Quando o SAM é extinto, em 1964, nasce a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), através da Junta Militar. Esse órgão federal passa a determinar as políticas e os programas destinados às crianças e aos adolescentes pobres e abandonados e envolvidos com a criminalidade. A FEBEM, fundada em 1975/6 é o órgão que tem como função encaminhar esse processo, até o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Fica claro, então, que a noção de infância que conhecemos atualmente é relativamente nova. Segundo ela, crianças e adolescentes possuem um mundo próprio, que abarca conteúdos particulares e exigem uma cultura, roupas e cuidados específicos. Assim, o espaço destinado à criança deve ser diferente daquele no qual o adulto está inserido.

A concepção recente de infância teria nascido como um modo de organizar e significar as diversas fases da vida. Essa nova significação foi permitida pelas mudanças ocorridas ao longo da modernização da sociedade, cujo padrão de vida, embasado no sistema “agrário/rural”, foi alterado para o atual “industrial/urbano”, e isso dá início à abertura de um lugar para a infância. Santos (1996) afirma: “a infância e a adolescência, com o tempo de espera e preparação para a vida adulta, só se tornou possível com a emergência das cidades” (p. 147).

Apesar disso, ainda não há uma idéia de infância compartilhada por todos os grupos sociais; para Santos, os conceitos de infância e de adolescência seriam pautados em três elementos básicos: história, biologia e cultura (sociedade). Assim,

Os limites, as dimensões, as durações e os conteúdos da infância podem variar, inclusive dentro do próprio contexto urbano, dependendo do porte da cidade, muito em função das formas de sociabilização e das influências da cultura de massa (Santos, 1996, p. 147).

Em relação aos “recortes de classe”, Santos (1996) afirma que eles influenciam fortemente a maneira com a qual os sujeitos de uma sociedade atuarão. O autor utiliza

como exemplo o trabalho, afirmando que a procura de crianças para trabalho forçado na indústria têxtil fez com que fosse acelerada a transição da infância para a vida adulta nas “classes populares”, o que teria feito com que, por um longo período de tempo, a noção de infância somente pudesse existir nas classes mais ricas.

Contribuindo com o estudo acerca da infância contemporânea, Belloni (2004) afirma que as crianças acompanham as mudanças mundiais, formando um grupo particular, com papéis e ações próprios, atribuídos pela sociedade e pelos grupos aos quais pertencem. Segundo o autor, a criança de hoje recebe dois papéis diferentes, que são: a dependência quase total em relação ao adulto, e a posição de consumidores essenciais do mercado:

Como fatia do mercado mundial de consumo, as crianças e os adolescentes vêm ganhando uma importância sem precedentes, sendo legítimo falar em uma "cultura" jovem de âmbito planetário, cujos símbolos e heróis de maior sucesso têm a ver com sexualidade e com violência (Belloni, 2004).

Marin (2002), a partir de Lash, ajuda a compreender a sociedade contemporânea, pensando nos valores que foram por ela estabelecidos.

O que vai marcar a grande diferença das sociedades tradicionais para a modernidade é a constante busca do auto-reconhecimento, já que o lugar social de cada indivíduo não é mais marcado pelos princípios da comunidade, pela rígida posição que a sucessão geracional lhe determinava... É a sociedade onde o Eu domina e que vai caracterizar a cultura do narcisismo (p. 50).

Alguns termos apontados por Marin (2002) ajudam na definição da sociedade moderna: maior individualismo, exacerbação do poder aquisitivo e do valor do dinheiro, descentramento da família, fuga de conflitos, “desapego progressivo ao político”, “massificação dos modos de vida”, bem como excessiva preocupação com as aparências, entre outros (Bell apud Marin, p. 51). Trassi (2006) adiciona outros pontos a essa definição, como a ruptura com os valores tradicionais carregados pelos familiares. Tudo isto “demonstra que as gerações mais velhas produziram um mundo onde é difícil viver e os indivíduos das novas gerações – crianças e jovens – absolutamente desconhecidos no seu modo de ser e agir” (Trassi, 2006, p. 4).

Na “nova” infância, a mídia (ou a tecnologia em geral) faz parte do cotidiano e é, na maior parte das vezes, de livre acesso às crianças. À criança de hoje chega um vasto mundo de informações que, se por um lado pode contribuir com o acesso a

conteúdos importantes, por outro, pode levá-la a um mundo mais próprio do adulto. Assim, a criança e o adolescente passam a ser grandes consumidores e, conseqüentemente, público-alvo importante da mídia e dos agentes que dela se utilizam para divulgação de seus produtos.

O que é consumido por essas crianças e adolescentes abarca uma ampla gama de conteúdos, que não se tratam apenas de objetos a serem comprados, mas também de maneiras de ser ou modos de agir que serão mais bem aceitos pelo grupo e, nesse bloco, entra também a violência, como algo a ser consumido. Um problema importante é que muitas vezes esses muitos conteúdos são transmitidos em conjunto, sem critérios, deixando pouco espaço para uma discussão crítica: no mundo globalizado o que parece importar é o consumo do que quer que seja.

Belloni (2004) aponta alguns paradoxos intrínsecos à sociedade atual e às informações por ela difundidas. O primeiro é o da violência transmitida pela mídia, onde a estética ganha grande importância e acaba por criar e perpetuar uma cultura jovem comum no mundo inteiro, marcada pelo:

Consumismo, narcisismo, banalização da violência como imagem do mundo urbano contemporâneo, legitimação do uso de meios violentos como forma de resolver conflitos, tudo isto levando à dessensibilização dos jovens com relação a cenas de violência física e psíquica e sua conseqüência, o sofrimento do outro (contrariando assim uma das ilusões de Rousseau, que acreditava que a compaixão, o que hoje chamaríamos de solidariedade, fosse um dos elementos constituidores da natureza humana).

A mesma autora aponta que a estética do jovem não é a única reforçada, mas há também uma estética própria da violência, da qual fariam parte o contínuo acesso a cenas de violência (como as de briga dos desenhos animados ou dos filmes, por exemplo), que acabam por influenciar seus desejos e caracterizar os gostos das crianças do mundo todo, tornando-as muito semelhantes. Assim, “tal efeito de uniformização tende a ocorrer, pois, tanto na dimensão ética (dos significados valorativos) quanto estética, isto é, do ponto de vista da composição técnica e formal da mensagem”.

Outro paradoxo seria o da violência transmitida, que não possui lugar para canalização, deixando como ponto possível de foco dessa violência investida na criança o consumo que, segundo a autora, termina por gerar ainda mais violência. O último paradoxo seria a “espetacularização da sociedade”, ou seja, a contínua transmissão, pela mídia, da guerra (da violência), que a torna mais que um acontecimento político,

“envolvendo seres humanos que sofrem e/ou são aniquilados, como também mais um artigo de consumo, produto da indústria cultural”.

Belloni (2004) aponta que diversas pesquisas realizadas pela UNESCO e por pesquisadores brasileiros apontam que as interpretações que crianças e adolescentes fazem das mensagens de violência são bastante complexas e os levam a estabelecer valores e pensamentos acerca de sua própria agressividade. Com isso, a idéia da autora citada é estabelecer uma relação entre os conteúdos (violentos) passados pela mídia e a “banalização e/ou naturalização da violência na sociedade, e à dessensibilização das pessoas ante a violência real, como também à reelaboração de valores e sentimentos de justificação da violência como meio legítimo de realizar desejos e solucionar conflitos” Belloni (2004).

SOBRE O DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO

Tendo em vista a faixa etária dos sujeitos discutidos nesse trabalho, faz-se necessária uma passagem acerca do desenvolvimento psíquico da criança, a fim de contribuir com minha tentativa de compreensão do tema. Irei me basear na teoria de Donald D. Winnicott, psicanalista inglês que teorizou e enfatizou a importância do ambiente no processo de desenvolvimento maturacional da criança. Cabe dizer que minha intenção em trazer esse aspecto levantado por Winnicott nasceu, em grande parte, daquilo que pude apreender das entrevistas feitas para esse trabalho: a presença marcante de famílias desorganizadas, em algum nível, e que teriam contribuído fortemente para o desencadeamento das ações ‘violentas’ nas crianças.

Essa teoria diz que todos possuem uma tendência inata à integração (o que significa a existência de um Eu próprio e singular), que deverá se dar ao longo do percurso do amadurecimento pessoal. A boa realização, ou a realização “efetiva” do processo de integração deverá tornar o sujeito passível de conviver com duas características paradoxais e que, no entanto, deverão sempre habitá-lo: a solidão essencial, com a qual deverá lidar ao longo de sua vida, e a capacidade de se comunicar e de se encontrar com os outros e com o mundo.

Em leitura feita da obra de Winnicott, Dias (2003) esclarece que o autor utiliza a palavra *ego* para definir a parte da personalidade que poderá ser integrada em uma única unidade, sendo que, para isso acontecer, fazem-se necessárias condições boas o suficiente para possibilitarem essa integração. Assim, segundo o autor:

(...) o ego (do bebê) é ao mesmo tempo fraco e forte. Tudo depende da capacidade da mãe de dar suporte ao ego (...). O ego reforçado, e conseqüentemente forte, é capaz, muito cedo, de organizar defesas e desenvolver padrões que são pessoais (...). A criança, cujo ego é forte *por causa do apoio de ego da mãe*, logo se torna *ela mesma*, real e verdadeiramente (Winnicott apud Dias, 2003, p. 142).

O ego, então, é aquele que possibilita que a integração do sujeito possa ser realizada, levando-o no sentido de vir a existir um *si-mesmo*, que seria:

(...) o si-mesmo, que não é o ego, é a pessoa que eu sou, que é somente eu (*me*), que possui uma totalidade baseada na operação do processo maturativo. Ao mesmo tempo, o si-mesmo tem partes e é, na verdade, constituído dessas partes. Tais partes se aglutinam, num sentido interior / exterior, no

curso do processo de amadurecimento, auxiliado, como deve sê-lo (principalmente no início), pelo ambiente humano que o contém, que cuida dele e que, de forma ativa, o facilita. (...) O si-mesmo e a vida do si-mesmo é a única coisa que outorga sentido à ação e ao viver, do ponto de vista do indivíduo (Winnicott apud Dias, 2003, p. 145).

Os conceitos de ego e de si-mesmo estão relacionados e dependem essencialmente do ambiente do bebê nos primeiros tempos de vida, sendo indispensável a presença de uma mãe capaz de fornecer ao bebê cuidados básicos e afetivos, fazendo-o de acordo com a medida que as demandas do bebê lhe colocam. Essa mãe, como lembra di Loreto (2007), não necessariamente precisa ser a biológica, mas sim a que, de fato, cuida amorosamente e entende as necessidades do bebê – ou seja, “são funções, não figuras. A mente não ouve a voz do sangue” (p. 33).

Winnicott aponta a relevância do ambiente acolhedor e cuidador no qual a criança está inserida desde os primeiros meses de vida e onde deverá ocorrer seu desenvolvimento.

Há tendências geneticamente herdadas, mas que só poderão ter vazão se inseridas em um ambiente satisfatório, e isso significa que deve haver, entre outras condições, uma figura “base” capaz de prover ao bebê aquilo que ele necessita, como os cuidados físicos básicos e também afetivos. É importante que esse ambiente acolhedor esteja disponível ao longo de todo o desenvolvimento, pois grande parte dos ganhos conquistados poderão ser perdidos caso haja quebra nas ofertas desse ambiente.

A teoria winnicottiana do amadurecimento está fundada sobre duas concepções de base, ou, dizendo de outro modo, o processo de amadurecimento pessoal depende fundamentalmente de dois fatores: a tendência inata ao amadurecimento e a existência contínua de um ambiente facilitador (Dias, 2003, p. 93).

O ambiente considerado adequado inclui uma mãe “suficiente boa” (capaz de prover ao bebê os cuidados necessários sem ser extremamente ausente ou invasiva); ela é a única que, por certo tempo, poderá ler e entender as necessidades do bebê, por estar identificada com a criança. O fato de o bebê “sentir” que pode confiar em sua mãe possibilita-lhe poder ele também desenvolver confiança no mundo. A mãe deve “amar construtivamente” (Winnicott, 1997, p. 18).

Nesse momento da vida, a criança vive pela primeira e única vez a satisfação de todo e qualquer desejo – é a experiência de ser e de continuar sendo. Segundo leitura da

teoria winnicottiana elaborada por Carvalho (2002), essa fase é estritamente necessária para que se dê a sobrevivência do humano; com o tempo, essa experiência de completa satisfação vai sendo alterada e a frustração é sentida, o que possibilita a constituição do psiquismo: “o bebê começa, então, a registrar as ausências e frustrações, e sua vivência de onipotência é colocada em dúvida. Vai sendo processada, por ele, uma discriminação entre o mundo interno e o mundo externo” (p. 40).

Carvalho (2002) marca a importância dessa fase na vida do bebê, pois é a partir da experiência de onipotência que ele poderá sobreviver às experiências de frustração⁴. As sucessivas frustrações sentidas pelo bebê o colocarão gradualmente em contato com o mundo externo e o ajudarão a suportar sua realidade: “nessa dialética união-separação, satisfação-frustração, ilusão-desilusão, origina-se um espaço que terá como efeito psíquico instaurar o limite entre o eu e o não-eu” (p. 41).

Marco essa passagem para frisar a importâncias das experiências de frustração na vida do bebê (e ao longo de toda a vida), pois é essa “violência” (palavra usada no sentido de gerar a falta) que, em certa medida, possibilita o convívio social. Entretanto, deve ficar clara a idéia de que essa frustração deve ter medida que contribua com o bom desenvolvimento psíquico da criança; com isso procuro destacar que são muitas as experiências pelas quais um bebê precisa passar, mas nenhuma delas deve ter caráter mortífero – ou seja, que afete sua capacidade de confiar no mundo ou que prejudique sua capacidade de lidar com ele de maneira particular e saudável.

Continuando o processo de desenvolvimento, ao chegar ao final do primeiro ano de vida o bebê já deve ter atingido uma organização de seu mundo interno. A organização do mundo interno da criança é efeito de um difícil trabalho que visa:

- 1) a preservação do que se sente ser “bom” – isto é, aceitável e revigorante para o *self* (ego);
- 2) o isolamento do que se sente ser “mau” – isto é, inaceitável, persecutório ou imposto pela realidade externa sem aceitação (trauma);

⁴ Nessa etapa da vida do bebê, as vivências de frustração estão vinculadas à impossibilidade cada vez maior de a mãe prover o bebê “magicamente” em suas necessidades. O bebê passa, então, a registrar essas falhas maternas, que colocam em questão a onipotência até então sentida – através deste processo o bebê começa a discriminar mundo interno de mundo externo.

3) a preservação de um espaço, na realidade psíquica pessoal, em que objetos tenham relacionamentos vivos entre si – de afeto, mas também de arrebatamento e agressão (Winnicott, 1997, p. 11).

Ressalto que a idéia que a criança possui do mundo externo a ela está intimamente relacionada ao funcionamento de seu mundo interno. No primeiro ano de vida as satisfações daquilo que o bebê necessita são de grande importância; no entanto, elas não podem ser realizadas a todo o momento e a capacidade de aceitar a espera será adquirida com o tempo. Assim, a criança aprende a lidar com a não satisfação de suas vontades devido às vontades dos outros. A espontaneidade da criança fica, então, ameaçada:

- 1) Pelo desejo da mãe de libertar-se das cadeias da maternidade; a isso pode sobrepor-se a falsa idéia de que uma mãe deve educar seu filho desde muito cedo a fim de produzir um “bom” filho;
- 2) Pelo desenvolvimento de complexos mecanismos de restrição da espontaneidade no interior da própria criança (o estabelecimento de um superego) (Winnicott, 1997, p. 15).

O desenvolvimento do controle interno exigido por essas situações é, segundo Winnicott, o único fundador da moralidade. Essa, por sua vez, é consequência direta do medo do bebê de sofrer retaliação, “ela protege os objetos de amor da explosão desmedida do amor primordial, sendo esse implacável e tendo por fim apenas a satisfação dos impulsos instintivos” (Winnicott, 1997, p. 16). Novamente, a mãe ajudará seu bebê no desenvolvimento do autocontrole que a situação descrita acima exige, através de sua “severidade”, que é “menos brutal e mais humana”. Essa severidade “leva, de modo gradual e gentil, à complacência, e salva a criança da ferocidade do autocontrole”, e fará com que exista também no bebê certa severidade interna, que lhe dará autocontrole sem que isso acarrete na perda da espontaneidade.

Esse apontamento remete às afirmações de Marin (2002), colocadas mais à frente neste trabalho e que falam sobre a importância da violência parental, que não significa desumanidade, mas ajuda a criança no desenvolvimento do senso de alteridade, implicando em respeito por si e pelo outro.

Outra característica do ser humano tratada por Winnicott é a motilidade, presente desde a presença do feto no útero da mãe. Ela seria precursora da agressividade (termo que ganha significado com o tempo, na vida da criança), sendo um exemplo da capacidade de ser agressivo, o ato de sugar o peito da mãe. Novamente, para o desenvolvimento desse aspecto há que haver algumas condições “suficientemente boas” no ambiente que circunda o bebê; dizer isso significa colocar que os graus de agressividade de um indivíduo variam de acordo com fatores inatos e com os “acidentes ambientais”, que podem variar desde um parto complicado até situações outras que aconteçam ao longo da vida e que podem fazer com que a única defesa possível seja através da reação (violenta com o próprio sujeito ou com o outro).

Há certas situações, descritas pelo autor como “casos de enfermidade”, onde apenas parte desse grau de agressividade está ligada à vida erótica. Nesse caso, a criança enfrenta impulsos que não podem ser significados e que levarão a ações destrutivas, que podem aparecer em meio a atos de ataque.

Os parágrafos colocados acima têm por intuito fazer um breve resumo da teoria winnicottiana acerca do desenvolvimento da criança, tentando focar elementos que tenham maior relação com o tema deste trabalho. Foram colocados pontos que contribuem com a discussão do próximo aspecto a ser levantado, e que continua a falar sobre o desenvolvimento da criança.

Winnicott, ao discutir saúde e doença no sujeito, aborda conjuntamente três temas: agressão, culpa e reparação, acreditando que se relacionem entre si. O autor reforça o estudo de tais temas dizendo ser “de importância vital para todas as pessoas que pensam”⁵ (1999, p. 70). Segundo o autor, a idéia que circunda tal proposição pode, inicialmente, parecer simples, mas, no entanto, seria resultado de um complexo trajeto:

É importante, ao se tentar uma descrição abrangente, lembrar do fato de que constitui uma aquisição no desenvolvimento emocional de um indivíduo o momento em que essa seqüência simples começa a fazer sentido, ou torna-se um fato, ou passa a ser significativa (1999, p. 70).

O sentimento de culpa poderia ser observado pelos pais (ou cuidadores) da criança antes do primeiro ano de vida, apesar de a responsabilização pelos próprios atos “destrutivos” só se dar, de fato, após o quinto ano de vida. O desenvolvimento desse aspecto permeia mais particularmente infância e adolescência, mas faz parte da vida

⁵ Ao dizer isso, o autor queria apontar que tal temática não diz respeito somente ao pensador psicanalista, mas a todos os humanos “que pensam”.

toda. A destrutividade participa dessa tríade e seria facilmente detectável quando vinculada a sentimentos de raiva ou ódio, ou quando aparece como reação ao medo sentido. Apesar dessa certeza, a grande dificuldade seria a assunção de responsabilidade pelo ato destrutivo “que é pessoal e inerente a uma relação com um objeto sentido como bom – em outras palavras, que está relacionado ao amor” (Winnicott, 1999, p. 70).

O ponto essencial para a compreensão dos aspectos aqui levantados é o seguinte: é preciso que haja um sujeito integrado (seguindo o que foi descrito sobre o desenvolvimento psíquico no início deste capítulo) para que possa se responsabilizar pelos sentimentos e idéias próprios e que fazem parte da condição de “estar vivo”. Para que isso exista é preciso que, no início da vida, tenha havido um ambiente que não tivesse sido ‘destruído’ em aspectos essenciais – ou seja, por mais que haja vidros quebrados, a casa deve permanecer inteira, e é isso que fará com que a criança saiba que pode confiar em seus cuidadores.

Se houver falhas muito importantes no processo de integração, o sujeito não poderá lidar com o fato de conter em si todos os sentimentos paradoxais e, por vezes, dolorosos, e precisará colocar aqueles que mais lhe doam para fora de si, em uma outra pessoa, podendo se utilizar de ações agressivas para isso. A palavra ‘saúde’ aparece nesse momento e fala do nível de integração do sujeito: é saudável aquele que pode lidar com todas as suas idéias e emoções sem que isso lhe seja extremamente doloroso e sem que precise, portanto, exteriorizá-los.

A possibilidade de suportar os impulsos destrutivos levaria ao encontro de prazer nas idéias, inclusive nas que envolvessem destrutividade, e “tal desenvolvimento dá espaço para a experiência da preocupação, que em última análise é a base de tudo aquilo que for construtivo” (Winnicott, 1999, p. 77). Para isso, o lúdico aparece como uma possibilidade importante, o brincar está intimamente relacionado à possibilidade de encontrar prazer nas idéias, pois envolve imaginação, construção.

Coloco aqui também o que o autor teoriza sobre a delinquência ou, como prefere dizer, a “tendência anti-social”, pois falaria de uma falha que ocorreu em algum momento do desenvolvimento pessoal, mesmo que o sentido de tal falha não possa ser facilmente alcançado.

De acordo com meu ponto de vista, que se baseia na experiência... a tendência anti-social está inerentemente ligada à privação. Em outras palavras, um fracasso específico é mais importante do que um fracasso social geral. Para a criança que é o objeto de nosso estudo, pode-se

dizer que as coisas *iam bem, mas, de repente, começaram a não ir tão bem assim* (Winnicott, 1999, p. 82, grifo do autor).

Assim, haveria uma falha, algo que alterasse a vida até então tida pela criança. Essa situação deveria ocorrer em um momento da vida em que a criança já fosse capaz de compreender os fatos. Essa falha poderia ser a privação causada pelo rompimento de um lar, por exemplo, pois essa é uma situação que pode gerar intensa ansiedade. Segundo Winnicott, quando acidentes ambientais acontecem em um momento de vida mais primitivo não há produção da dita ‘tendência anti-social’, mas sim alterações de personalidade que poderiam, inclusive, levar a uma psicose.

À criança que sofreu uma situação como a descrita acima foi imposta grande ansiedade; ela, então, vai se organizando até que chegue a um estado considerado “razoavelmente neutro” em que, por não poder fazer mais nada, concorda com tudo. Após algum momento (difícil de ser determinado), a criança é, por assim dizer, impulsionada a retornar ao momento anterior à situação geradora de privação, movida por uma esperança de acabar com o medo em relação à ansiedade que passou a sentir após determinado fato ocorrer em sua vida. Cabe pontuar que o retorno à segurança significa também o retorno à agressividade – lembrando que isso não deve ser necessariamente negativo.

A partir daí uma característica muito importante aparece: sempre que forem oferecidas condições nas quais a criança possa sentir esperança novamente, ela deverá ficar difícil de lidar. É aí que o adulto deve prestar atenção, pois, na realidade, essa dificuldade é um pedido de ajuda, é a criança querendo dizer algo de si, e não simplesmente importunar.

Esse momento remete a algo já dito neste capítulo, sobre o papel da mãe no cuidado com a criança, mais especificamente nos primeiros anos de vida: é a mãe quem ajuda a criança a olhar o mundo criativamente. Quando isso não é feito, a criança não pode se utilizar de criatividade para chegar ao mundo, aos objetos; assim, nos momentos em que volta a sentir esperança, ela pode encontrar um objeto e o tomar para si, sem saber a razão. Essa ação, o roubar, não tem sentido em si, mas sim o que está por trás, o que a criança está buscando, ou seja, “a criança está procurando a capacidade de encontrar, e não buscando um objeto” (Winnicott, 1999, p.84).

Winnicott aponta que a reação social mais comum tem sentido moralizante; são exigidas explicações do infrator e se pensa em punição, não em entender o ocorrido. No

entanto, a compreensão dos diversos fatores que levaram a criança a agir de tal maneira é estritamente necessária para que ela possa retornar ao momento da privação, entendê-lo e buscar novas maneiras – criativas – de lidar com a vida.

SOBRE A “TENDÊNCIA ANTI-SOCIAL”

A psicanálise muito tem a dizer sobre a delinquência, o ato infracional, a agressividade e os muitos outros nomes que denotam o que o ECA denomina como “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Para Winnicott a tendência anti-social traz à psicanálise questões importantes, tanto teoricamente, quanto de ordem prática.

Segundo o autor, a tendência anti-social seria originada da perda, pela criança, de algo que antes possuía, causando-lhe alguma privação importante. Essa teoria nasceu após a Segunda Grande Guerra, por meio de um trabalho realizado por Winnicott com crianças destituídas de suas famílias e que, de acordo com Clare Winnicott, “necessitavam de providências especiais porque não podiam ser instaladas em lares comuns. Em outras palavras, já estavam em dificuldade em seus próprios lares, antes da guerra” (introdução à obra *Privação e delinquência*, 1987, p. 1). Os comportamentos que caracterizam a tendência anti-social são bastante abrangentes, indo desde a ingestão compulsiva de alimentos até perversões mais graves.

Até o nascimento desse pensamento, o discurso psicanalítico via a delinquência e a criminalidade como respostas a uma culpa demasiada para a qual o sujeito, não encontrando saída, precisava atuar, exteriorizando-a e, conseqüentemente, sentindo-a fora de seu corpo – ou seja, a teoria da delinquência previa que ela seria gerada no próprio sujeito, como uma batalha interna.

Winnicott diferencia delinquência da chamada tendência anti-social. A razão: o primeiro termo carregaria muitas questões e um sério agravamento para seu estudo: as “reações sociais que tornam difícil para o investigador alcançar o seu âmago” (Winnicott, 2000, p. 406). Já a tendência anti-social pode, segundo o teórico, ser estudada a partir de crianças que não carreguem em si problemas extremamente graves (como uma psicose), quando podem ser levadas em conta, necessariamente, questões próprias da fase do desenvolvimento emocional infantil. Ou seja, a tendência anti-social, assim como descrita por Winnicott, possibilitaria espaço para o estudo do fenômeno, enquanto o termo *delinquência*, ao contrário, como um problema fechado, determinado e fatalista, traria em si a impossibilidade de aprofundamento da questão.

Winnicott sugere que, diferentemente de outras condições mais graves, a tendência anti-social não se trata de algo que necessariamente fará parte da criança por

toda sua vida; há na tendência anti-social esperança, desde que a criança receba atenção e cuidados adequados – a criança com tendência anti-social deverá apresentar comportamentos diferentes dos freqüentemente encontrados em outras crianças, como os já mencionados acima, e isso indicará a necessidade de ser olhada com atenção particular.

A tendência anti-social *não é um diagnóstico*. Não se pode compará-la diretamente com outros tipos de diagnóstico, tais como neurose ou psicose. Pode ser encontrada tanto em indivíduos normais quanto em neuróticos ou psicóticos (Winnicott, 2000, p. 408, grifo do autor).

A citação acima demonstra que não há delimitação, ou seja, não há um grupo “doente” responsável por ações que estejam na contramão de valores sociais. Atos delinquentes, como o roubo, produzem comoção, ao menos, entre aqueles que estejam diretamente envolvidos; saber que não há uma doença que os provoque, que não se trata de falha de caráter, mas de uma multiplicidade de fatores, permite que não fiquemos somente na reação que essas ações provocam e possibilita, principalmente, que olhemos esses sujeitos como um todo, através das singularidades que permeiam suas vidas.

Di Loreto (2004) afirma que, nos seis anos em que trabalhou no Juizado de Menores da capital de São Paulo, entrevistando mães e pais de crianças e adolescentes em conflito com a lei, pôde compreender que os relatos desses pais eram muito semelhantes aos relatos dos pais que atendera na psiquiatria infantil do Hospital das Clínicas, em São Paulo. Esses jovens que se dirigiam em sentido oposto ao da lei pertenciam a famílias desestruturadas em algum âmbito, e esse aspecto se fazia bastante presente nos discursos dos pais.

Pequenas causas, habituais e universais conflitos familiares apareciam como a única causa aparente de imensos efeitos, as graves delinqüências, que eram as únicas causas aparentes para distúrbios psiquiátricos severos. E que eram, por sua vez, as únicas causas aparentes para os distúrbios reativos de conduta (di Loreto, 2004, p. 99).

Winnicott utiliza o termo “de-privação” para abordar a questão da criança delinqüente. Esse termo é usado para indicar que houve uma grave perda, por parte da criança, de algo antes possuído e que era de grande valor para seu desenvolvimento. Faz parte da criança “de-privada” tanto a experiência traumática pontual (que levou à perda) quanto o trauma em longo prazo, que deverá permear sua vida. Nas palavras do autor:

Uma criança torna-se *de-privada* quando é destituída de algum aspecto essencial de sua vida em família... O *comportamento anti-social* aparece em casa ou num contexto mais amplo. Devido à *tendência anti-social* a criança pode vir a ser considerada *desajustada*, ou pode ser levada ao tribunal por estar *fora de controle* (Winnicott, 2000, p. 409, grifo do autor).

Se a citação acima elucida o significado do termo “de-privação”, serve também para apontar um modo de agir instituído socialmente que confere um olhar que, *a priori*, retira da criança ou do adolescente infratores a possibilidade de um olhar individual da questão e dos motivos que o levaram a praticar tal ação.

Volto novamente ao estudo da tendência anti-social. Para Winnicott, como já dito, esse fenômeno está intimamente relacionado ao ambiente no qual a criança está inserida, já que ele representa a perda de algo anteriormente possuído. Segundo o mesmo teórico, a criança, quando possuidora de um ego em grau mais elevado de maturidade, poderá distinguir a falha (ou a falta) sentida como algo proveniente do ambiente, e não de si; é isso que a fará buscar a própria saúde (“cura”) em um outro ambiente capaz de lhe oferecer o que agora lhe falta.

A ação (como o furto, por exemplo) aparece na criança como um chamado a seu meio e àqueles que a cercam, como um pedido de ajuda que deve ser significado como tal para que a criança possa receber do adulto devido cuidado e amparo. Tão grande é a importância do olhar cuidadoso à criança que, de acordo com Winnicott, o trabalho do analista, na clínica, deve se dar através de cuidados especiais, sendo “realizado em termos de manejo, tolerância e compreensão” (Winnicott, 2000, p. 409).

A psicanálise fala da importância de entender que nas ações mais violentas ou desesperadas há saúde. Rebelamos-nos quando não concordamos com alguma situação, quando o mundo não mais nos responde como desejamos ou quando nos sentimos incompreendidos. Em relação à infância, Vicentin (2005) aponta que crianças impedidas de exercerem suas infâncias ou, em minha compreensão, crianças às quais algo de grande importância faltou ou foi-lhes tirado, tendem a seguir dois caminhos distintos: a sujeição ou a rebelião. Assim,

Nessas trajetórias, as crianças e adolescentes nem sempre enveredam pelas trilhas da sujeição e do disciplinamento; ao contrário, promovem muitas vezes rituais de rebeldia, movimentos de insubordinações – de comportamentos inconformistas a revoltas coletivas –, chegando a instalar certas formas de “contra-sociedade” (Vicentin, 2005, p. 29).

Winnicott caminha na mesma direção quando diz que a criança se manifesta, ou seja, apresenta “problemas” em seus momentos de saúde. É saúde rebelar-se quando em situação indesejada – é a vontade de alterar o mundo.

Di Loreto (2004) parece concordar com Winnicott. Para os dois autores, as ações exteriorizadas pelas crianças têm função essencial de (mesmo que de maneira inconsciente) delatar um sofrimento interno. Segundo Di Loreto (2004), os distúrbios de conduta (como o da sociabilidade) não seriam da ordem da psiquiatria, mas, sim, defesas utilizadas pela criança a serviço de sua saúde psíquica, pois lhe ajudam a economizar o uso de outras defesas e, ao mesmo tempo, funcionam como manifestação do sofrimento psíquico.

Usar a alteração da conduta para expressar e “metabolizar” sofrimento é uma esperteza da mente. Usando a alteração do comportamento, a mente joga o sofrimento mais “para fora” e menos “para dentro”. Fato que não só aumenta a possibilidade de ela ser atendida pelos “de fora”... Como também economizar o uso das nobres defesas “psíquicas” (di Loreto, 2004, p. 93).

Apesar dessa compreensão, há muito que falar sobre o tema, pois o incômodo que causa pode trazer como consequência a não abordagem de questões a ele relacionadas. Winnicott confirma o incômodo social que os atos infracionais podem causar e diz que, em decorrência desse sentimento, aqueles não diretamente envolvidos (aqueles que não tiveram sua “bicicleta roubada”) devem apreender a importância simbólica da ação como um pedido de ajuda (que deverá se repetir ao longo de toda a vida). Esses últimos sujeitos deverão garantir o olhar individual à criança, a fim de lhe proporcionar um cuidado sério e aprofundado. Winnicott reafirma que “o tratamento da tendência anti-social não é a psicanálise, mas o manejo, o ir ao encontro no momento de esperança e corresponder-lhe” (Winnicott, 2000, p. 409). Ou seja, cabe à sociedade em geral o cuidado à criança e não apenas ao psicólogo ou outros profissionais que trabalhem diretamente com esse público.

São destacadas duas linhas da tendência anti-social, por Winnicott: o roubo e a destrutividade. O primeiro caracteriza-se pela busca, por parte da criança, de algo (possivelmente a própria mãe) em determinado lugar; a partir da impossibilidade desse encontro, a criança volta-se para qualquer outro lugar – isso apenas no caso daquelas que ainda têm esperança, visto que, como explicitado, aquela que já não a possui não poderá ir à busca do que lhe falta. Na segunda linha, o que a criança procura é um

ambiente suficientemente estável para dar suporte e amparo a seu comportamento; o amparo é no sentido de ajudá-la a compreender e significar o que se passa, e não apenas acabar com o comportamento indesejado. Cabe ressaltar que, para o autor, a criança pode comportar as duas linhas descritas, que terminam por representar “*uma tendência em direção à autocura*” (Winnicott, 2000, p. 411, grifo do autor).

Em alguns casos – “quando não há excesso de loucura, compulsão inconsciente ou organização paranóide etc.” (Winnicott, 2000, p. 415) – e, quando houve condições que pudessem garantir isso, a criança poderá encontrar uma pessoa para amar, terminando sua procura por objetos que substituiriam o ausente. Em muitos casos, os pais podem realizar tal tarefa, provendo cuidados especiais.

Uma questão importante é saber do que se tratam esses cuidados especiais (que, particulares, variam de criança para criança); nesse ponto, muitos pais podem se perder em suas funções. A literatura atual aponta que, em meio à busca por um referencial ou pela preservação do individual (e não somente do indivíduo), há uma maior limitação da função parental.

Há algo de violento no cuidado materno, uma violência positiva, que aparece no cuidar e que, por vezes, não pode ser suportada. Essa violência está inserida no ato de interpretar as faltas do filho ou de privá-lo de determinados elementos, como da ilusão de completude e de uma relação mais simbiótica com a mãe. No entanto, o que se vê, em muitos casos, são pais que abrem espaço, a fim de não invadir a vida do filho e, em decorrência do medo da violência de uma invasão, cometem outra, que é a da não-educação. Nesse contexto, ocorre, segundo Marin (2002), “um paradoxo em nossa cultura, na qual existe muita preocupação com a violência, mas não se pode assumir nenhum lugar associado a ela” (p. 17).

Marin (2002) chama de “violência branca” o que algumas instituições voltadas ao adolescente em vulnerabilidade social fazem quando se esforçam para passar por cima da violência social vigente, negando-a, em vez de afirmá-la e, em meio a essa realidade, educar o jovem, e servir como “referencial e reorganizador para o jovem que busca encontrar no social as formas de satisfação que lhe foram prometidas” (Marin, 2002, p. 18). Essa citação exemplifica outro tipo de violência, que se justifica pela não-violência, ou seja, a fim de não violentar pelo uso de regras ou privações por vezes necessárias, o responsável exime-se de cuidados essenciais, porque educativos.

É nesse contexto que está inserido o objeto de estudo desta pesquisa – tratam-se de crianças habitantes de um mundo cujos valores parecem mais distorcidos que

sedimentados, onde a escola não é mais responsável por colocar regras e valores, e a família, apesar de ainda prevalecer como referência social principal, parece não conseguir dar conta de transmitir seu legado cultural ou impor os limites necessários à criança.

Fica claro, então, que existem muitas formas de violência e de exercê-la, desde as mais veladas e, por vezes, fundamentais, até as mais óbvias e tão divulgadas pela mídia. Como diz Trassi (2006), “a violência em suas múltiplas e complexas determinações e expressões constitui o cotidiano de todos” (p. 5). Penso que as falas de Trassi (2006) e Marin (2002) se completam: enquanto a primeira pontua a violência como uma realidade do dia-a-dia, a segunda afirma que, apesar de sua constante presença em nosso cotidiano, deve ser sempre afastada, como algo que não nos pertence. A partir das duas falas, é possível compreender a violência inserida em nossa sociedade e a dificuldade em ser lidada concretamente (já que tão íntima e presente), sendo “depositada em outros lugares, pessoas, classes sociais, grupos minoritários” (Marin, 2002, p. 17).

SOBRE AGRESSIVIDADE, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Os três termos relacionados acima carregam divergências teóricas significativas. Nesse capítulo tentarei fazer uma diferenciação dos termos, apesar de saber da dificuldade de tal tarefa, visto que nem sempre aparecem completamente diferenciados entre si.

Vale pontuar que houve certa dificuldade, ao longo do trabalho, em classificar as ações das crianças entre agressivas ou violentas. Essa dificuldade se deu pelo fato de a própria definição desses termos, inclusive na psicanálise, não ser exata e, também, pelo fato de as entrevistadas utilizarem os dois termos de acordo com concepções próprias. Desse modo, as duas terminologias aparecem ao longo do texto, tendo sido utilizadas de acordo com o contexto de cada apontamento.

Para Winnicott, as crianças possuem o que denomina de “impulsos agressivos ou destrutivos”, exemplificados pelas ações de gritar, morder, puxar os cabelos de suas mães. Para o autor, a agressão pode ser compreendida de duas maneiras: como uma “reação à frustração” e como “uma das muitas fontes de energia do indivíduo” (Winnicott, 1987, p. 97).

Às vezes, a agressão se manifesta plenamente e se consome, ou precisa de alguém para enfrentá-la e fazer algo que impeça os danos que ela poderia causar. Outras vezes os impulsos agressivos não se manifestam abertamente, mas aparecem sob a forma de algum tipo oposto (Winnicott, 1987, p. 97).

Esses impulsos agressivos estão na base do humano e constituem os movimentos próprios, encontrados também nos animais e, desde a barriga da mãe, servem para um fim importante: mostrar-se vivo. Quando já nascido, esses movimentos, como os chutes, ajudam o bebê a explorar o mundo e a iniciar sua relação com os objetos externos. Winnicott faz uma afirmação essencial na compreensão da questão: “a agressão está sempre ligada, desta maneira, ao estabelecimento de uma distinção clara entre o que é e o que não é o eu” (Winnicott, 1975, p. 264).

Quando nascido, o bebê se movimenta, move suas pernas, e alguém que o observa poderia dizer que está chutando; no entanto, o bebê é ainda muito pequeno e não pode fazer essa leitura sobre suas ações – ainda não há intencionalidade. É através do desenvolvimento da criança que poderemos perceber a progressão desses primeiros

movimentos até aqueles que já contêm sentimentos de raiva e destruição, já intencionais e dirigidos a algum objeto.

No desenvolvimento sadio, as idéias de destruição e a agressão voltada à destruição de algo – conscientes ou inconscientes - poderão aparecer nos sonhos e nas brincadeiras, passíveis de significação.

O autor continua dizendo que todos os indivíduos são, ao mesmo tempo, muito diferentes (no que diz respeito a características herdadas, o que os torna únicos), e muito semelhantes, pois certas características são próprias à condição humana. Assim, “uma teoria compreensiva do desenvolvimento da personalidade humana, desde os primeiros anos da infância até a independência adulta, seria aplicável a todos os seres humanos, independentemente de sexo, raça, cor da pele, credo ou posição social” (Winnicott, 1975, p. 263).

Embora todos os seres humanos possuam a mesma essência, ou seja, a mesma “impulsividade” para a agressividade, o que os difere é a forma com que lidam com essa característica – enquanto alguns a demonstram e se utilizam dela, de alguma maneira, outros não o conseguem.

Winnicott exemplifica utilizando a diferenciação entre a criança tímida e a criança “ousada”. A última, segundo ele, sabe, de alguma maneira, que pode encontrar alívio com a exteriorização da agressividade e da hostilidade, enquanto a outra enxerga a agressividade fora de si, e não como algo inerente a si mesmo, e é movida (em sua passividade) pelo medo de deparar-se com a agressividade voltada para si, vinda do mundo externo. A criança ousada, desse modo,

“É feliz, por descobrir que a hostilidade manifestada é limitada e consumível, ao passo que a segunda criança jamais atinge um extremo satisfatório e fica sempre esperando sucessivas dificuldades. E, em alguns casos, as dificuldades realmente existem” (Winnicott, 1975, p. 265).

Assim, uma criança pode “tender” à agressividade, enquanto outra poderá nunca mostrar comportamentos agressivos; no entanto, segundo Winnicott, as duas apresentam os mesmos problemas. A diferença entre as elas está na forma com que lidam com seus impulsos agressivos.

Outra diferenciação possível, segundo o autor, é feita entre a criança “facilmente agressiva” e aquela que mantém a agressividade em si, ficando “tensa, excessivamente controlada e séria” (Winnicott, 1975, p. 265). No último caso, apesar de a criança perder

algo de sua liberdade própria, seu modo de agir (ou de se reprimir) indica o início da aquisição de autodomínio, assim como um respeito e proteção pelo mundo externo, afastando-o da “crueldade implacável da criança” (Winnicott, 1975, p. 265). Esse último aspecto, ou seja, a capacidade de identificar-se e colocar-se no lugar dos outros, seria encontrado nas pessoas sadias.

Winnicott afirma que mesmo a criança que nunca demonstra ações agressivas pode, em alguns momentos de sua vida, apresentá-las. Esses episódios, se não significados, não serão positivos para a criança, visto que não há construção a partir deles, restando apenas, possivelmente, o peso negativo que podem conter.

Uma outra saída para os atos agressivos seriam os sonhos. Neles, os pensamentos destrutivos podem ser experimentados com certo grau de excitação, sendo caracterizados como verdadeiras experiências. A criança que sonha possivelmente recorre também a outros meios, como a brincadeira, e pode contar tanto consigo mesma como com os outros. É importante explicar a importância do brincar para a criança. De maneira resumida, a brincadeira,

Baseada como é na aceitação de símbolos, contém possibilidades infinitas. Habilita a criança a experimentar seja o que for que se encontre em sua *intima realidade psíquica* pessoal, que é a base do crescente sentido de identidade. Tanto haverá agressão quanto amor (Winnicott, 1975, p. 267, grifo do autor).

Outra possibilidade frente os pensamentos destrutivos é a construção. Essa propriedade é adquirida ao longo do desenvolvimento, como consequência das muitas experiências tidas pela criança em seu ambiente, e é um importante sinal de saúde. Assim, a criança, cercada por um ambiente confiável e provedor, poderá participar de atividades construtivas, através de pequenas ajudas em casa, por exemplo. Caso seja impossibilitada ou diminuída em seu fazer, a criança poderá expressar-se através de “franca destrutividade e agressão” (Winnicott, 1975, p. 268). O impulso de construção está ligado à aceitação da criança em relação à responsabilidade sobre a capacidade destrutiva, própria da infância.

Por fim, Winnicott pergunta sobre a origem da agressividade, “essa atividade destrutiva ou seu equivalente no sofrimento sob controle” (Winnicott, 1975, p. 269). Sua resposta: “por trás dela (essa força) tudo é *destruição mágica*” (Winnicott, p. 270). Explicando, o termo *mágica* diz respeito à transição pela qual os objetos passam, já que, no início, eram parte da criança e, mais tarde, passam a não existir como algo dela,

sendo, portanto, percebidos objetivamente e não mais subjetivamente. Esse percurso deve ser realizado lentamente através das mudanças que acompanham o desenvolvimento; no entanto, em alguns casos, por conta de um entorno menos adequado, essas alterações podem acontecer de maneira brusca e sem que a criança possa acompanhá-las.

Caso o desenvolvimento maturacional se dê de outra maneira (sem surpresas “bruscas”) a criança terá tempo de adquirir meios que a possibilitem enfrentar o fato, então tido como certo, de que o mundo não faz parte de si, mas é externo e independente de seu “controle mágico”. Nesse caso, a criança poderá ser destrutiva sem precisar destruir o mundo magicamente; a agressão será, então, algo positivo e o ódio poderá aparecer ao longo do desenvolvimento emocional.

Assim, podemos compreender a agressividade como uma qualidade inerente ao humano, algo que, já no início de sua vida, possui uma importante finalidade: manter a vida e fazer o conhecimento do mundo. No entanto, mesmo que seja uma força própria, ainda assim, há interferência externa do mundo no qual a criança se desenvolve. É o mundo que, em grande parte, possibilitará a expressão da agressividade de forma construtiva ou não, sendo, nesse último caso, a agressividade uma força que poderá tornar-se negativa à criança e àqueles que com ela convivem.

Tendo passado pelo termo *agressividade*, passo agora para *violência*, a fim de buscar uma diferenciação entre os termos. Acredito ser importante essa distinção teórica, pois foram definições encontradas também nas falas das pessoas entrevistadas para esse trabalho, enquanto maneira própria de lidarem com a questão e com os trabalhos desenvolvidos.

No capítulo introdutório de sua obra, Costa (2003) discute a dificuldade, dentro da psicanálise, de um consenso sobre a definição da violência. Explica que em sua obra não é o termo em si (ou sua significação) o mais relevante, mas sim a maneira com que aparece nos casos discutidos ao longo de seu livro. Ou seja, a relevância está no contexto, em como aparece na vida de cada indivíduo e a afeta e em como pode ser compreendida pela leitura psicanalítica.

As definições dadas ao termo são sempre provisórias, operacionais e inferidas dos casos particulares, estudados em situações particulares. O leitor, por conseguinte, não encontrará nenhuma visão sistemática do fenômeno, onde definições prévias ou posteriores permitam isolar a essência da noção de suas formas empíricas e contingentes. Contentamo-nos em discutir, a título de preliminares, alguns

aspectos problemáticos da questão, buscando, na medida do possível, apoiar nossos pontos de vista na clínica e na teoria psicanalíticas (Costa, 2003, p. 12).

As muitas definições da violência e a presença de inúmeros teóricos que tentam explicar esse fenômeno apontam à complexidade do tema. Tendo isso em vista, tentarei passar por algumas abordagens, a fim de aprofundar o assunto, sabendo que não poderei esgotá-lo. As citações abaixo iniciam a discussão do tema e apontam algumas formas de abordar a questão.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, violência é o:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

Marilena Chaui define violência como:

Um ato de brutalidade, servícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e *caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror* (Chauí apud Sallas, 1999:25, grifo meu).

Tenho em consideração que a definição do conceito não encerra a questão, no entanto, é uma maneira de nos aproximar dela. Através da apresentação de diferentes olhares podemos começar a abordar o assunto de maneira menos distanciada e carregada de sentimentos, que poderiam nos afastar daquilo que estamos buscando estudar, já que o tema da violência pode conter um peso que poderia dificultar nossa aproximação.

Vilhena (2002) diferencia violência de agressividade afirmando que esta última, ao contrário da primeira, “se inscreve dentro do próprio processo de construção da subjetividade” (p.185), sendo, portanto, inerente e necessária à vida. Os dois conceitos não caminham separadamente e sofrem influência direta de outros atores sociais, como família, mídia, escola, colegas; no entanto, a agressividade seria compreendida como inerente ao humano e anterior à violência, como se esta última necessitasse de referenciais comportamentais externos para fazer-se presente.

A mesma autora aponta a violência também como parte intrínseca do ser humano, confirmando a posição de diversos autores que colocam a capacidade de ser violento como inerente ao indivíduo, não sendo obra de razão ou premeditação. No

entanto, aponta também que a visão que apenas naturaliza a violência, sem contextualizá-la, termina por retirá-la de seu lugar social, sendo fatalista e pouco colocando aos próprios sujeitos e à sociedade a responsabilidade por esses atos e pela manutenção dessa forma de ação.

Em relação a esse ponto, Britto e Lamarão (1994) afirmam que há dois tipos de discurso sobre violência: um aponta como possíveis causas a crise econômica e a pobreza, enquanto outro diz que uma possível violência seria a “debilidade atual do Estado para o efetivo controle social” (p. 10). Essas falas indicam que a violência não estaria centrada apenas no indivíduo, mas também em ações que lhe retiram certas condições necessárias para sua existência, por exemplo.

O apontamento acima recebe peso maior quando levamos em consideração que Abramovay (2002) destaca que, por conta da violência ser atualmente um fato generalizado, não se pode mais pensar em classes sociais livres da violência “ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual” (p. 13). Continuando:

Isto é, a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, entretanto... Considerando-se modalidades de violência, ela pode se acentuar por gênero, idade, etnia e classe social, independentemente se como vítimas ou como agentes (Abramovay, 2002, p. 13).

Silva e Silva (2005) apontam que a violência pode partir de qualquer indivíduo, independentemente de origem social ou cultural, e inclusive de instituições do Estado “como forma de controle social e meio de realização de desejos singulares ou particulares” (p. 17). Essa fala pode reforçar a necessidade de a violência ser pensada em âmbitos diversos. Oliveira e Guimarães (2003), a partir de Hannah Arendt, reforçam as falas dos autores citados acima, apontando que, em seu pensamento, a violência não seria decorrente de motivos orgânicos, tendo caráter racional, visto que possui um objetivo e uma razão, além de maneiras de atingir seu fim.

A fala de Arendt, a meu ver, faz com que questões a respeito da origem dos atos violentos e de suas conseqüências se tornem uma realidade. Esses questionamentos possuem papel fundamental quando abordada a questão da violência, pois “a violência perde o caráter mágico ou demoníaco que comumente lhe é atribuído” (Arendt apud Oliveira e Guimarães, 2003, p. 17), e isso possibilita a abertura de um olhar menos viciado ou preconceituoso sobre o tema.

Assim, se a violência pode ser uma força própria do ser humano e deve ser estudada como tal – condição inata e não desumanizadora – há que se pensar que a violência sirva não somente para benefício (material) próprio, aquisição de bens materiais ou status, mas pensar também na possibilidade de haver por detrás da violência um fim mais subjetivo. Abramovay (2002) dialoga com Arendt ao afirmar que a violência juvenil poderia ser uma forma de crianças ou jovens romperem com uma lógica excludente, de acordo com a qual não são vistos como indivíduos desejantes e merecedores de direitos, e mostrarem que devem fazer parte da construção social e política:

Diante de uma sociedade que manipula canais de mobilidade social e segrega somente setores da população, e que, além de não reconhecer, estigmatiza os principais canais de participação juvenil – tais como grupos de rappers – a violência vem servindo, em alguns casos, para colocá-los nos meios de comunicação e chamar a atenção para sua difícil vida (Abramovay, p. 56).

Considero os últimos apontamentos esclarecedores e relevantes, pelo fato de retirarem do indivíduo que pratica a ação violenta a culpabilidade total, pois extrai do ser a essência violenta por si só, apontando que podemos e devemos indicar a sociedade como colaboradora para a formação e disseminação desses atos.

Ainda assim, Abramovay (2002) defende em sua obra que a violência na qual jovens estão envolvidos, tanto no lado que a pratica, quanto no lado de quem a recebe, é fortemente vinculada à situação de vulnerabilidade social na qual estão envolvidos. A mesma autora aponta também que os sujeitos acima determinados (jovens pobres) são passíveis de exclusão social sem antecedentes por conta de um número de “desequilíbrios provenientes do mercado, Estado e sociedade que tendem a concentrar a pobreza entre os membros de outros grupos e distanciá-los do “curso central” do sistema social” (Abramovay, 2002, p. 33).

A criminalidade aparece nas falas de muitos autores fortemente relacionada à pobreza e à desigualdade social. Ainda que eu acredite que essas razões não bastam para fechar a questão, coloco aqui tais autores para apontar o que é pensado sobre o tema, visto que é também, em muitos momentos, o que permeia o pensamento geral sobre a violência e a criminalidade ainda atualmente.

Muitos desses pensamentos nasceram quando o Código de Menores, datado de 1927, era ainda vigente. O Código de Menores é anterior ao ECA e foi por ele

substituído em 1990. O ECA, construído a partir do trabalho de representantes da área jurídica, das políticas públicas e do movimento social, aparece como um instrumento de garantia dos direitos da criança e do adolescente enquanto sujeitos de características e necessidades diferenciadas. Outro dado importante sobre o ECA é que ele, ao contrário do Código de Menores, é voltado à defesa de todas as crianças, sem fazer diferença entre classes.

No Código havia um caráter discriminatório, que associava a pobreza à "delinqüência", encobrindo as reais causas das dificuldades vividas por esse público, a enorme desigualdade de renda e a falta de alternativas de vida. Essa inferiorização das classes populares continha a idéia de norma, à qual todos deveriam se enquadrar. Como se os mais pobres tivessem um comportamento desviante e uma certa "tendência natural à desordem". Portanto, inaptos a conviver em sociedade. Natural que fossem condenados à segregação. Os meninos que pertenciam a esse segmento da população, considerados "carentes, infratores ou abandonados" eram, na verdade, vítimas da falta de proteção. Mas, a norma lhes impunha vigilância. Além disso, o antigo Código funcionava como instrumento de controle, transferindo para o Estado a tutela dos "menores inadaptados" e assim, justificava a ação dos aparelhos repressivos. Ao contrário, o ECA serve como instrumento de exigibilidade de direitos àqueles que estão vulnerabilizados pela sua violação (Souza, s.d.).

No início de sua obra, Marques (1976) aponta uma colocação do I Simpósio Regional do Menor, ocorrido em 1969, onde afirmava que o Brasil, país de pessoas jovens, já contava com índices muito altos de pobreza, o que acarretava índices também elevados de analfabetismo, desemprego, carência de cuidados à saúde e escassez de cuidados com a educação e formação profissional “que impossibilitam um desenvolvimento harmônico da personalidade do jovem” (p. 4).

Aos pontos acima colocados seriam adicionados outros ligados à pobreza social e financeira, condições que contribuiriam para a geração do “menor” abandonado e infrator, entre os muitos outros “menores” que poderiam existir. Marques (1976) aponta também que os valores sociais vigente muito cooperariam para o agravamento da situação.

Portanto, para o autor, a falta de oportunidades, adicionada do estigma que é pertencer a uma dada classe social e, conseqüentemente, habitar locais afastados dos grandes centros culturais e econômicos seria fator a ser levado em consideração na

análise da criminalidade. Algumas histórias reais podem exemplificar, de certa maneira, o pensamento de Marques (1976).

Em entrevista à revista *Caros Amigos*⁶, Conceição Paganele⁷ faz um breve relato da história de vida de seu filho que, aos quinze anos, foi internado na Febem (atual Fundação Casa). Em uma passagem de seu relato, afirma que o rapaz sonhava ser office-boy, mas que nunca conseguiu emprego, e a causa foi por ela atribuída ao fato de morarem em Cidade Tiradentes⁸ e por seu filho possuir baixo grau de escolaridade (quinta série do ensino fundamental). A próxima citação de Marques (1976) posiciona-se ao lado da fala de Paganele, ao afirmar que:

O grande problema de nossa civilização em mudança é superar, com a força da razão, a fragilidade do ser humano que se vê condenado, antes mesmo de nascer, a um subdesenvolvimento crônico em várias partes do mundo (p. 5).

Em relação à criminalidade, Marques (1976) afirma que sua raiz seria histórica, abarcando a revolução industrial, a sociedade de consumo, as mudanças pelas quais teria passado a sociedade, a política e a economia em geral.

De acordo com o Código Penal é considerado infrator aquele que comete algum ato previsto pela Lei Penal, mais especificamente em seu artigo 1º da Lei n.º 9, de 22 de Maio e 1968⁹. Esta lei foi promulgada após o decreto da Lei 5.258, de 10 de Abril de 1967¹⁰ na tentativa de abrandar esta última. No entanto, acabou por repetir a fórmula da antiga Lei 6.026, de 24 de Novembro de 1943, que considerava “o menor infrator como delinqüente”.

Pela Lei 6.026, os sujeitos em idades passíveis de punição seriam aqueles entre 14 e 18 anos, divididos de acordo com o grau de perigo que mostrassem ser para a sociedade. Essa lei colocava a criança e o adolescente infrator no lugar de delinqüentes,

⁶ Revista *Caros Amigos*, Edição 60, Março de 2002.

⁷ Presidente da AMAR – Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco, situada em Cidade Tiradentes.

⁸ Cidade Tiradentes consta de uma população de, aproximadamente, 220 mil habitantes, divididos em “dois níveis de pobreza”: “Cidade Formal” e “Cidade Informal” (favelas e pelos loteamentos habitacionais clandestinos e irregulares). “A identidade dos moradores de Cidade Tiradentes está diretamente ligada ao processo de constituição do bairro, feita sem um planejamento pré-estabelecido, que levasse em conta as necessidades básicas da população”. Fonte: site da Prefeitura da Cidade de São Paulo.

⁹ Retirado do site da Revista de Direitos Humanos, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

¹⁰ Elaborada na época da ditadura, implantava um sistema rígido aos menores infratores, que significava internação em instituição que deveria reeducá-lo.

o que representava uma visão já na época muito criticada. Aqueles que se opunham defendiam que esses indivíduos, infratores ou não, não deviam ser assistidos enquanto delinquentes, muito menos deviam ser divididos em infratores ou não, e sim de acordo com o nível de “inadaptação social”.

Acreditava-se que essa separação era prejudicial ao jovem, pois fazia com que fosse olhado como um representante de perigo que não receberia medidas de cunho educativo ou assistencial. Aquele que não fosse considerado perigoso ficaria sob tutela dos pais ou de algum responsável, ou ainda poderia ser internado em alguma instituição voltada para reeducação ou profissionalização. Por outro lado, se fosse considerado perigoso, seria internado até que o juiz declarasse sua liberdade novamente.

Finalmente, o ECA estabelece legalmente as medidas de que deve ser objeto a criança – em realidade, seus responsáveis - que comete ato infracional. Segundo o artigo 101 as medidas são:

- Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- Orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- Abrigo em entidade.

O ECA estabelece que a criança e o adolescente sejam considerados indivíduos em “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (artigo 3º). Ao contrário do adolescente – que, em última instância, pode receber medida de privação de liberdade -, a criança não pode ser encaminhada para instituição fechada.

As medidas indicadas pelo ECA parecem pressupor que, enquanto sujeito em desenvolvimento, a criança não pode ser cuidada separadamente de seus responsáveis, que devem ser também responsabilizados (quando presentes). A partir disso, podemos

compreender as atuações das profissionais entrevistadas para esse trabalho, visto que todas parecem preocupar-se em desenvolver trabalho conjuntamente com os pais, seja através de responsabilização desses, por meio de aconselhamento ou outros encaminhamentos.

Essa forma de atuação é bastante coerente com as afirmações de Winnicott a respeito do desenvolvimento da criança e da responsabilidade da sociedade que a cerca (em especial as figuras afetivas mais próximas à criança) ao longo desse processo. O trabalho de profissionais engajados junto às famílias dessas crianças, visando, principalmente, ajudá-las nas tarefas parentais pode funcionar como uma rede de apoio à criança e à sua família, a fim potencializar esse conjunto.

É nesse contexto que faz-se presente o Conselho Tutelar, órgão autônomo, que deve efetivar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos pelo ECA. São suas principais atribuições ¹¹:

- Atender às crianças e adolescentes que tiverem seus direitos ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta;
- Receber a comunicação (obrigatória) dos casos de suspeita ou confirmação de maus tratos, de reiteradas faltas injustificadas ou de evasão escolar, depois de esgotados os recursos escolares e de elevados níveis de repetência;
- Requisitar o serviço social, previdência, trabalho e segurança, ao promover a execução de suas decisões;
- Atender e aconselhar os pais e responsáveis, podendo aplicar algumas medidas, tais como encaminhamento a cursos ou programas de orientação e promoção à família e tratamento especializado;
- Assessorar a prefeitura na elaboração de propostas orçamentárias, com a finalidade de garantir planos e programas de atendimento integrado nas áreas de saúde, educação, cidadania, geração de trabalho e renda a favor da infância e juventude;
- Encaminhar a notícia de fatos que constituem infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente. Incluir no programa de auxílio orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos.

Em pesquisa de Adorno (1999), que fala sobre o jovem na criminalidade em São Paulo, são caracterizados quatro tipos de estudos produzidos sobre a “delinquência

¹¹ http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/conselhos_tutelares/0001.

juvenil”. O primeiro seria de pesquisas que se preocupam em descobrir realidade e mito - ou seja, se o medo referia-se ao quanto da violência realmente existiria por parte dos jovens ou se seria proveniente de um medo *a priori* e disseminado pela sociedade -; o segundo estudava a evolução desse tipo de “delinqüência” (juvenil); um terceiro tentava desvendar suas causas – que, segundo o autor, “é um dos terrenos mais movediços e sujeitos a debates não raro influenciados por acirrado clima político-ideológico”; finalmente, o quarto tipo seria o que aborda “políticas públicas de controle social” – as razões desta o autor atribui à crença de que, se descobertas as razões da delinqüência juvenil, esse fenômeno teria um ponto final, então, programas dos governos existiriam e se pautariam, como que como um sonho, pelo fim da violência nas cidades.

Ainda no último tipo de estudos, são apontados dois olhares sobre políticas públicas nessa área, que:

- Diz respeito às diferentes sociedades que adotaram medidas de proteção à infância e adolescência vindas de outros países. As medidas seriam de cunho preventivo e não repressivo.
- Viria em resposta às suspeitas de elevação nos números de delinqüência juvenil; assim, medidas repressoras e de encarceramento passaram a ser fortemente adotadas.

Mais particularmente, ao tratar da criança e da criminalidade, encontram-se os grandes centros territoriais como criadores do “quadro da criança marginalizada” (Marques, 1976, p. 10). Para esse autor, a migração para os grandes pólos urbanos seria um fator relevante no aumento dos índices de criminalidade, como percebido em muitos dos países subdesenvolvidos ou ainda em desenvolvimento.

Com o risco de uma generalização e falta de relativização da questão, Marques (1976) aponta as causas que mais levariam a criança à criminalidade. Cito aqui apenas algumas, apenas para exemplo. Nas palavras do autor (p. 13):

- menor procedente de família onde impera o vício ou a delinqüência;
- relações familiares defeituosas;
- famílias numerosas com problemas econômicos;
- situação sócio-econômica;
- influência dos meios de informação sobre o menor.

Os tópicos acima são apontamentos do autor para possíveis causas da criminalidade juvenil. No entanto, considero perigoso o fechamento desse pensamento,

pois, como destacam outros autores citados nesse texto, não podemos mais ligar a criminalidade a um grupo social específico (como os pontos referentes à situação econômica levam a pensar).

A partir das falas de muitos dos autores citados acima, fica claro que, em qualquer classe social onde a violência se faça presente, faz-se necessária uma análise da ação e de seu ator sem um olhar preconceituoso (pois esse cega), mas que vise entender que há um sentido mesmo por detrás dos atos que mais possam fugir de nossa lógica.

Através das citações colocadas nesse capítulo, compreende-se que não há acordo sobre a concepção de violência, como lembra Costa (2003). Entendo ser necessário falar das crianças aqui retratadas a partir da mesma ótica desse autor, já citado no início desse capítulo; ou seja, a importância não deve estar na simples definição dos termos – inclusive pela dificuldade que há em encontrar um ponto central para eles -, mas na influência que as situações de violência parecem ter sobre a vida dessas crianças e suas consequências.

Finalizo o capítulo com citação de Oliveira e Guimarães (2003) por acreditar que exemplifica o que tentei colocar nesse texto e por pensar que possa, também, gerar espaço para reflexão do tema:

As condições para a superação das práticas de violência presentes na sociedade, especialmente contra crianças e adolescentes, implica no reconhecimento da maior parte delas como um exercício social de dominação que é reproduzido a partir de pressupostos largamente presentes em nosso cotidiano... Desse modo, o exercício da violência tem uma dimensão política que deve, sobremaneira, ser levada em conta (Oliveira e Guimarães, apud Silva e Silva, 2005).

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho caminhou na mesma direção que o projeto em si, ou seja, precisou ser repensada de acordo com as dificuldades que apareciam. O trajeto inicial envolveria a análise de ao menos um caso clínico de uma criança envolvida com atos de agressividade ou violência. No entanto, não conseguindo acesso ao documento, precisei pensar em outro procedimento.

A entrevista de profissionais que trabalhassem com o público envolvido neste projeto seria uma outra alternativa para o acesso ao fenômeno estudado. Busquei trabalhadores de diferentes áreas de atuação, a fim de manter, ao máximo possível, meu problema de pesquisa e, ainda, tentar ampliá-lo, pensando nas ações propostas por tais profissionais e nos aparatos que possuem para suas ações. Optei por não trabalhar diretamente com as crianças por acreditar que o tema é de extrema delicadeza e que a abordagem junto a elas deveria ser pensada mais profundamente, o que o tempo desse projeto (um ano) possivelmente não permitiria. No entanto, considero essa uma possibilidade para futuros projetos de pesquisa.

Para traçar um método, contei com o exemplo de Scheuer (2003) que, em seu trabalho, utilizou metodologia proposta por Sandler¹². Segundo Scheuer, Sandler propõe que haja uma busca por teorias próprias de psicanalistas sobre algum conceito específico. O objetivo de Sandler seria promover um entrosamento mais aprofundado entre teoria e prática.

Segundo o autor, se conseguíssemos ter uma visão clara de como os conceitos são efetivamente aplicados na prática, teríamos uma boa articulação entre clínica e teoria, atingindo de forma verdadeira o principal objetivo epistemológico psicanalítico proposto por Freud, ou seja, o de que a psicanálise deve, acima de tudo, ser uma ciência empírica, baseada naquilo que é observado na prática clínica (Scheuer, 2003, p. 54).

Assim, Scheuer (2003) descreve que a metodologia proposta por Sandler deve seguir alguns pontos, como: pensar um conceito específico a ser estudado; elaborar revisão bibliográfica acerca do tema (o que possibilitaria pensar as diferentes leituras sobre a temática); a partir dessa (re) leitura, seleção dos psicanalistas a serem

¹² SANDLER, Joseph. An approach to conceptual research in psychoanalysis illustrated by a consideration of psychic trauma. *International review of psycho-analysis*, Londres, V. 18, p. 133-141, 1991.

entrevistados, em número significativo (não há, na pesquisa de Scheuer (2003), definição desse número); a entrevista; relato de um caso atendido por cada profissional, e de outros dois casos atendidos que envolvessem a temática pesquisada. Deveria também ser perguntado em quais aspectos os casos se assemelhavam entre si e em quais se diferenciavam. Scheuer (2003) afirma que o roteiro de entrevista proposto por Sandler lhe parece “bastante aberto”; “na verdade, entendemos que o objetivo do autor é que, durante a entrevista, entrevistador e entrevistado consigam estabelecer uma discussão interessante e produtiva sobre o conceito estudado (...)” (Scheuer, 2003, p. 62).

Apesar do trabalho de Scheuer (2003) ter embasado o pensamento de minha própria metodologia, algumas alterações foram necessárias levando em consideração o tema que a autora estudou em seu trabalho e a especificidade de meu próprio projeto. Ou seja, alguns pontos propostos por Sandler (e seguidos por Scheuer) não seriam interessantes na elaboração deste trabalho, visto a dificuldade que tive em encontrar pessoas para serem entrevistadas – a imposição de tais medidas (ser um psicanalista, por exemplo) significaria um empecilho a mais.

A partir do fechamento do tema (crianças envolvidas com situações de agressividade ou violência) e da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, pude pensar nos profissionais que gostaria de entrevistar; a leitura das muitas teorias sobre a temática contribuiu muito nesse momento, pois apontavam os dados que seriam de maior interesse para esse projeto.

Era importante que fossem pessoas que em seus ofícios estivessem envolvidas com as crianças, pois poderiam falar não apenas da leitura que faziam dessas situações, mas também da maneira com a qual trabalhavam com esses sujeitos – e isso era também um ponto que gostaria de estudar em meu trabalho. O número de entrevistas foi menor do que o esperado no início (cerca de dez profissionais), devido à grande dificuldade que tive em contactar trabalhadores interessados ou disponíveis para participar deste trabalho.

As entrevistas foram elaboradas, como proposto por Sandler, de maneira livre. Os dados aqui utilizados foram colhidos ao longo das conversas com as profissionais, de acordo com o que interessava para pensar a temática; as perguntas nasciam das falas das entrevistadas, sem que houvesse um questionário fechado pensado anteriormente; havia apenas perguntas consideradas por mim como essenciais, além do pedido de relatos de casos. Por essa razão, não há, em anexo, um guia das entrevistas feitas.

Foram entrevistadas três pessoas, sendo duas delas conselheiras tutelares: Maria¹³, do conselho tutelar de São Caetano, com formação em psicologia; e Ana, do conselho tutelar da região de Pinheiros, Grande São Paulo. Também entrevistei Carla, terapeuta ocupacional do Posto de Saúde de Vila Borges. Cabe pontuar que o público atendido pelas três profissionais é distinto, assim como suas possibilidades de atuação; isso significa que as situações atendidas e os encaminhamentos feitos pelas três profissionais podem ser diferentes entre si.

¹³ Foram dados nomes fictícios às entrevistadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciar este capítulo penso ser importante reforçar que, a princípio, o trajeto pensado para esse projeto era outro. A importância desta colocação vem da necessidade de apontar certas dificuldades encontradas ao longo do processo de elaboração desta pesquisa e da idéia de que isso, em si, já consiste na própria pesquisa, pois há que se pensar nas barreiras colocadas ao pesquisador e na relevância desses impedimentos na compreensão do objeto de pesquisa.

Ou seja, pensar nas dificuldades em se falar de um tema complexo, possivelmente por envolver uma condição humana por vezes tida como negativa, significa pensar também sobre a violência inerente a todos nós e, mesmo assim, tantas vezes negada, como aponta Marin (2002), em sua obra *Violências*. Isso obriga, então, a pensar sobre a criança não tão “pura”, mas também portadora (por que não?) da violência; pensar sobre o chamamento que essas situações de violência podem apontar; pensar sobre a sociedade com suas muitas violências, em todos os níveis sociais, ainda que, por vezes, estejam mais veladas; pensar sobre como as relações humanas vêm se dando; pensar na necessidade de protegermos as crianças, entre muitas outras questões que poderiam ser aqui levantadas.

◦ Sobre as instituições

As profissionais entrevistadas trabalham com públicos e em regiões diferentes e, como isso apareceu em suas falas como fator de diferenciação das possibilidades de realização de seus trabalhos, faço neste tópico uma caracterização dos três locais onde as entrevistas foram realizadas.

Maria é psicóloga e trabalha no único Conselho Tutelar de São Caetano, cidade próxima a São Paulo e que, no entanto, conta com possibilidades sócio-econômicas diferenciadas. Segundo o portal da internet da Prefeitura Municipal de São Caetano¹⁴, esse município

Detém o título de melhor cidade brasileira em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (cerca de 0,919) de acordo com a ONU, possui o menor Índice de Exclusão Social do país (0,864) e está entre os 60 municípios com o

¹⁴ http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/pagina.asp?ID_Pagina=8164.

maior Índice de Desenvolvimento Infantil (0,895), de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Maria afirmou em sua fala que São Caetano apresenta condições sociais com diferenças importantes em relação a São Paulo, mesmo com o fato de essas duas cidades serem bastante próximas. A economia e a infra-estrutura de São Caetano permitem que praticamente todas as crianças da cidade estejam matriculadas em escolas; além disso, segundo Maria, o número de crianças abrigadas é muito pequeno, sendo que a maioria delas vem de regiões próximas a São Caetano, como Heliópolis. Esses pequenos indicativos merecem destaque por nos aproximarem da realidade dessa cidade e nos ajudarem a entender a razão desse Conselho Tutelar conseguir realizar suas funções de “*maneira praticamente efetiva*”, como aponta Maria.

A entrevistada destacou haver apenas um Conselho Tutelar em São Caetano, e como esse “*dá conta*” da demanda, inclusive por contar com parceria com as famílias e escolas locais, decorrente de um trabalho de sensibilização em relação à atuação e aos deveres do Conselho Tutelar feito há alguns anos. Segundo Maria, o trabalho em conjunto garante que grande parte dos casos chegue ao conselheiro tutelar e possa ser acompanhado durante o tempo necessário (em alguns casos, até o adolescente completar dezoito anos). O Conselho Tutelar de São Caetano conta também com parceria com outras instituições, como clubes e cursos (de informática e esportes, entre outros) e, sempre que necessário, recorre a eles em busca de vaga para a criança ou o adolescente que necessite; segundo Maria, é importante “*preencher o tempo ocioso*” em paralelo com quaisquer outros procedimentos pensados.

Tais atividades visam conferir à criança poder de pensamento e ação. Isso significa, a meu ver, olhar a criança como um indivíduo completo, não focando apenas o problema, ainda que o motivo que tenha dado início ao trabalho com a criança tenha sido um referencial considerado negativo, visto que teria partido de uma queixa ou de uma preocupação em relação à criança.

Maria diz preferir não usar a palavra ‘violência’, principalmente quando se trata de crianças, mas falar em ‘agressividade’. Penso que isso tem a ver não apenas com uma concepção própria da entrevistada a respeito desses termos, mas também com os tipos de denúncias que lhe aparecem, que envolvem comportamentos como brigas, xingamentos, “falta de respeito” (em relação a colegas ou professores), crianças que não

comparecem à escola, *bullying*¹⁵. Sendo poucas as denúncias de furtos e uso de drogas envolvendo crianças, é possível compreender o uso da palavra agressividade, que possui, popularmente, um peso diferente daquele da palavra violência, em cuja categoria possivelmente as últimas situações estariam inseridas.

A descrição do público atendido no Conselho Tutelar onde Maria trabalha parece dizer de crianças inseridas em ambiente familiar e com comportamentos que poderiam ser exemplo da teoria winnicottiana, visto que, segundo a entrevistada, são crianças que, através de suas ações, geralmente transcorridas em ambiente escolar, delatam alguma situação vivida em casa ou em meio a colegas e com a qual não estão de acordo ou não se adaptam. Por essa razão, Maria acredita no trabalho em conjunto com as famílias e com a escola, pois, visto que a maioria das denúncias surge nesses ambientes, faz-se necessário um trabalho com todos os agentes participantes, e não apenas com a criança, para que o trabalho do conselheiro tutelar tenha maior eficácia.

A descrição acima é bastante diferenciada daquela feita por Ana, a outra conselheira tutelar entrevistada. Cabe explicar que cada Conselho Tutelar funciona de maneira relativamente independente, apesar de se guiar pelos mesmos parâmetros, como o ECA, por exemplo. O que os diferencia, essencialmente, é a possibilidade de atuação, o público atendido, as denúncias que recebem. Pontuo isso porque, enquanto entrevistava Ana, pude perceber uma grande diferença nos tipos de casos que lhe chegam, em relação àqueles que Maria recebe, além de serem diferentes também as possibilidades de atuação das duas, ou seja, até onde seus trabalhos conseguem caminhar.

O Conselho Tutelar onde Ana trabalha é localizado na região de Pinheiros, em São Paulo, onde a população, em 2000, era de 62.997¹⁶; ou seja, como Ana afirmou, trata-se de uma população grande em número, o que torna o difícil o acompanhamento da demanda de trabalho. Já aqui se vê uma diferença entre as possibilidades de trabalho de Maria e de Ana, pois, se a primeira afirma que o Conselho Tutelar consegue “*dar conta*” de toda a região de São Caetano, e consegue, inclusive, fazer parcerias com outras instituições, o mesmo não ocorre com o trabalho de Ana, sendo a possibilidade de acompanhamento das crianças menor no último caso.

¹⁵ Termo que, traduzido do inglês, significa ‘intimidação’. Significa ações agressivas, intencionais e repetidas de uma ou mais pessoas em relação a um terceiro.

¹⁶ http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infocidade/htmls/7_populacao_nos_anos_de_levantamento_censi_1980_445.html.

Ana afirma que o maior índice envolvendo crianças em situação de violência ainda diz respeito à violência sofrida através do trabalho infantil forçado (significa cerca de 60% das denúncias que chegam ao seu Conselho Tutelar). No entanto, em relação à violência praticada por crianças, Ana frisa que mesmo essa se trata de uma violência contra a infância, pois *“eles estão violando os próprios direitos”* (à infância). Com essa fala a entrevistada afirma que, tendo em vista que a criança viola um direito próprio, é o adulto quem deve se responsabilizar pela situação e zelar pelo bem-estar desse sujeito que *“está em risco”*.

Entendo que essa violação diz respeito a uma impossibilidade da criança em viver seu momento de vida de acordo com sua faixa etária, não lhe sendo permitido estudar, alimentar-se, brincar, entre outros. Esse pensamento justifica a atuação de Ana como um adulto referencial e responsável, que deve olhar pela criança quando esta não o faz ou quando não possui algum responsável que o faça. No entanto, esse olhar não deve estar distanciado da realidade desse sujeito, ou seja, da compreensão do que o faz cometer infrações ou optar por morar na rua. Assim, o trabalho de Ana deve sim ser pautado por um cuidado que a criança merece e não vem recebendo, mas o trabalho deve incluir uma compreensão de todos os aspectos relacionados à criança e à situação na qual está inserida para que faça sentido.

Assim, mesmo que essa justificativa não reflita toda a situação na qual a criança está inserida – por vezes, destituída de uma família, um grupo de referência ou um lar –, ela responsabiliza o adulto (em teoria, qualquer adulto deveria se responsabilizar pelo bem-estar de uma criança) pelo cuidado dessas crianças.

Penso que, quando Winnicott diz que o caminho para lidar com a tendência anti-social não é a psicanálise, mas sim a atenção e o amparo à criança, é disso que se trata. Ana parece justificar seu trabalho pela oferta de um cuidado especial que as crianças com as quais trabalha não estão recebendo. Torna-se, então, um exemplo de uma referência possível na vida dessas crianças e do olhar ao pedido de ajuda que Winnicott diz estar presente no comportamento anti-social.

Grande parte das denúncias de violência contra a criança recebidas por Ana chega através da escola, da família ou dos agentes de proteção¹⁷ e diz respeito a crianças que *“não querem deixar as ruas”*, mesmo quando possuem família; que não freqüentam a escola e, ainda, que apresentem *“comportamento agressivo”*. Segundo Ana, isso pode

¹⁷ Trabalham durante a madrugada através da abordagem de crianças e adolescentes que estejam morando ou trabalhando na rua. A intenção é retirá-los do local e encaminhá-los para a família de origem ou centros temporários, até que o destino da criança ou do adolescente seja decidido.

ocorrer por diferentes razões, como presença de forte violência em casa, uso de drogas ou ausência de regras nas ruas. Os dados colhidos nessa entrevista apontam que há predominância de denúncias de casos de crianças e adolescentes envolvidos com uso de drogas e, por vezes, também com o tráfico, em relação ao Conselho Tutelar de São Caetano.

A partir dessa afirmação, é possível o questionamento a respeito da realidade de uma cidade grande como São Paulo, onde aparentemente o acesso às drogas e a violência explícita parecem maior – será que essa é uma verdade? Ou será que em uma cidade menor, como São Caetano, certas realidades podem ficar mais veladas? Maria diz que *“São Caetano tem os problemas de qualquer outra cidade”*, apesar de a realidade de seu trabalho indicar outro caminho, já que os seus casos são bastante diferenciados daqueles que aparecem no Conselho Tutelar de São Paulo.

A diferença que existe entre as denúncias que chegam aos dois Conselhos Tutelares colocados acima parece não ser tão marcante em relação ao Conselho Tutelar de São Paulo e o posto de saúde onde Carla, terapeuta ocupacional, trabalha, também localizado em São Paulo. Possivelmente isso se deve ao fato de ambos serem localizados na Grande São Paulo e em regiões menos favorecidas economicamente. O posto de saúde de Vila Borges é localizado na região do Butantã, em São Paulo, caracterizada por uma população significativamente carente em recursos financeiros.

No posto de saúde as queixas giram em torno de crianças que *“brigam muito, não têm respeito, não vão à escola, ou não possuem bons resultados, brigam na instituição”*. Em alguns casos, há também crianças envolvidas com bebidas alcoólicas e furtos, mas Carla aponta que mesmo entre os adolescentes essas situações têm aparecido com pouca frequência. Segundo análise elaborada por Carla, as situações apresentadas pelas crianças que chegam ao posto de saúde são representações de suas vivências, já que essas crianças geralmente fazem parte de lares violentos e possuem a violência como o referencial de convivência mais próximo, utilizando-a, conseqüentemente, para resolver praticamente qualquer conflito que possam encontrar.

No posto de saúde os casos tendem a ser encaminhados pelas próprias famílias, pois, segundo a entrevistada, apesar de diversas tentativas, ainda não há um trabalho em conjunto com as escolas da região. Carla diz que isso *“é uma pena”*, pois a escola é um dos locais – como Maria parece concordar - onde muitos dos comportamentos agressivos têm espaço para ocorrer; esse dado aparece nas falas das crianças e dos

adolescentes que chegam ao posto de saúde e pode ser devido ao tipo de relação possível nessa instituição, diferenciada das situações familiares.

Ao final da entrevista, Carla frisa a importância de que seja esclarecido que ela trabalha com pessoas de baixa renda e que, devido a essa realidade, as crianças chegam ao posto de saúde, em grande parte, por ele ser praticamente o único centro de referência para o bairro (com exceção da escola). Além disso, Carla afirma que comportamentos violentos podem ocorrer com qualquer criança, em qualquer camada social, mas que, no entanto, as camadas mais populares tendem a recorrer a serviços públicos, e isso dá maior visibilidade aos casos, enquanto as camadas mais abastadas economicamente podem procurar acompanhamento privado.

◦ As crianças

As entrevistadas citaram casos do dia-a-dia que ilustram suas experiências. Apesar de possuir conteúdo limitado sobre os casos, eles estão descritos abaixo, pois ajudaram a pensar o caminho deste trabalho, além de servirem de exemplo das situações que chegam aos aparelhos responsáveis.

Maria comentou sobre alguns casos¹⁸ atendidos por ela no Conselho Tutelar de São Caetano.

Marcos, de onze anos, foi encaminhado ao Conselho Tutelar por apresentar “*muitos comportamentos agressivos*” na escola, como empurrar os colegas, colocar o pé para que tropeçassem, puxar os cabelos das meninas, “*responder aos adultos*” (não os respeitar ou obedecer). Maria descreve a mãe de Marcos como uma pessoa “*doce e bastante presente*”, mas seu pai como “*alcoolista e agressivo*”, pois bate na esposa e nos filhos.

Já as histórias de João e de Antônio são bastante parecidas. João, de dez anos, era constantemente chamado de “*monstrinho*” pelos colegas. Certa vez, na escola, deu um soco em outra criança e a jogou na lama; segundo Maria, o garoto “*não agüentou mais*” os constantes xingamentos e reagiu. Esse seria um exemplo de reação ao *bullying*.

Antônio, de dez anos, tem em sua história outro exemplo de *bullying*. Antônio apresentava comportamento “*extremamente agressivo em relação aos xingamentos que sofria*”. Nesse caso, a agressividade reativa de Antônio teve consequências mais graves,

¹⁸ Foram dados nomes fictícios às crianças.

visto que os pais das crianças agredidas por ele pretendiam emitir um Boletim de Ocorrência contra a criança. No entanto, Maria aponta que, durante o processo, foram escutadas todas as pessoas envolvidas, a fim de que fosse estabelecido diálogo entre elas. Como sugerido por uma das partes envolvidas, buscaram a justiça restaurativa¹⁹ no lugar de um procedimento como o Boletim de Ocorrência.

Maria diz ter conhecimento de poucas crianças que chegaram ao seu trabalho devido ao abuso de drogas. No entanto, lembra a história de Paulo, inclusive por seu acompanhamento ter-lhe exigido cuidado e atenção especiais. A primeira experiência de Paulo com as drogas foi cheirando cola. A criança foi encaminhada para tratamento de drogas e terapia, e seus pais iniciaram orientação familiar. Aos doze anos, já envolvido com outros tipos de drogas, Paulo foi internado em clínica especializada para desintoxicação. Maria aponta que Paulo andava com meninos mais velhos, “*más companhias*”. Não sabia onde estava o pai, e a mãe, a única responsável, trabalhava o dia todo fora de casa.

Outra exceção, segundo Maria, são os casos de crianças que roubam objetos. Fátima, de nove anos, furtava “*tudo o que vê*” – e, muitas vezes, jogava os objetos na privada. Maria ainda está acompanhando Fátima e sua mãe.

Os casos comentados por Ana parecem inseridos em uma realidade um tanto diferente da de Maria, falando de crianças que moram na rua e, em sua maioria, envolvidas com uso de drogas. Ana preferiu não se aprofundar na descrição dos casos, dando maior atenção ao relato de seu trabalho. No entanto, comentou sobre algumas crianças.

André, de doze anos, foi encontrado em uma madrugada pelos agentes de proteção. Estava viciado em *crack* e, apesar de possuir família, foi retirado da rua contra sua vontade. Segundo Ana, os agentes, assim como ela própria, baseiam seu trabalho na idéia de que a criança, nessas condições, está infringindo seus próprios direitos e deve ser atendida por um adulto responsável. André foi encaminhado a um CRECA²⁰.

¹⁹ A Justiça Restaurativa baseia-se em uma busca por consenso entre as partes envolvidas (infrator, vítima e, dependendo do caso, outras pessoas da comunidade) em busca de soluções para os danos causados pela infração. É um processo que não envolve o poder judiciário e que ocorre preferencialmente no centro da comunidade. Envolve técnicas de mediação e conciliação, visando a reintegração social tanto da vítima, quanto do infrator.

²⁰ Centro de Referência da Criança e do Adolescente. Local de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, por um período de até três meses.

Felipe, de doze anos, chegou ao Conselho Tutelar por sua mãe, dizendo “*estar desesperada*” por conta dos comportamentos agressivos de seu filho e pelo fato dele não ir à escola. Felipe também estava envolvido com uso de drogas.

Carla, por sua vez, não relatou casos específicos, mas fez um balanço das queixas que recebe e que envolvem, em sua maioria, crianças e adolescentes com comportamentos muito agressivos, principalmente na escola. Diz que nos últimos anos o posto de saúde não tem recebido muitos casos de crianças ou adolescentes envolvidos com drogas, tráfico ou furtos. Apesar de muitos utilizarem bebidas alcoólicas, o fazem com certa moderação, pois praticamente todos são fortemente contra a figura do bêbado que não possui controle sobre suas ações. Mesmo assim, Carla relatou brevemente o caso de Vicente, de nove anos, que abusava de bebida alcoólica e praticava furtos, “*apresentando comportamento anti-social*”. Chegou ao Posto de Saúde encaminhado por sua família, que não sabia como lidar com a situação.

◦ As análises dos profissionais

Nas entrevistas pedi às profissionais para falarem sobre a análise que faziam dos casos recebidos – mais especificamente, perguntei como compreendiam as situações que lhes apareciam. Minha pergunta servia para dois propósitos: ajudar na elaboração de minha análise e na compreensão da origem dos atos agressivos na infância: estaria no seio familiar, seriam decorrentes de condições sócio-econômicas, sofreriam influência dos meios de comunicação? Seriam mesmo uma combinação desses fatores?

As três profissionais pareceram concordar em ao menos um aspecto essencial: a violência colocada em ação pelas crianças quase na maioria dos casos refletia a violência que elas mesmas sofriam (principalmente em casa). Segundo Maria, “*quando a criança é agressiva, geralmente também sofre agressão*”. Essa violência pode ser sofrida fisicamente, psiquicamente ou, ainda, ser assistida, como no caso do pai que batia na mãe e no caso de pais viciados em algum tipo de droga e que apresentavam comportamento extremamente agressivo em casa.

Assim, todas concordaram quanto à forte influência que a família exerce sobre as ações violentas praticadas pelas crianças. Em suas falas compreendi que as crianças agiam assim como uma maneira de externalizar as situações violentas vividas em casa. Seria, ao mesmo tempo, uma maneira de se defender, mesmo que inconscientemente, na medida em que retirariam a vivência de si e, ao mesmo tempo, poderia ser uma forma

de agir embasada pelas experiências tidas em casa, como se a violência pudesse ser aprendida e servir de guia para os demais relacionamentos.

Carla coloca alguns aspectos interessantes em sua análise, concluídos a partir das ações e das falas das crianças e dos adolescentes que atende no posto de saúde. Essa profissional disse ter compreendido que aqueles sujeitos estavam inseridos em um ambiente de extrema violência, e que ele poderia refletir de duas maneiras em suas vidas: a violência por eles praticada poderia ser uma forma de exteriorizar aquilo que sentiam quando sofriam ou viam alguém sofrer maus-tratos, ou mesmo a partir do tráfico de drogas, uma realidade do lugar em que habitam ou, ainda, ser a referência que eles possuíam do convívio, das formas de se colocar no mundo – *“a violência como única referência”*. Assim, a entrevistada, nos grupos de atividades com os jovens, percebia que eles, apesar de sofrerem forte violência, eram também violentos, mesmo que apenas em seus discursos, sempre levando essa temática aos encontros.

Assim, a violência aparece não apenas como delatora de um sofrimento vivido, mas também como uma concepção de relacionamento humano aprendida por ser, na maior parte da vida de algumas dessas crianças, o referencial inter-relacional observado. Como já discutido, diversas referências fazem parte do mundo da criança, como a família, a escola, a comunidade e a mídia, e atuam na construção da subjetividade do indivíduo.

Vicentin (2005) indicava, sobre crianças impedidas de exercer suas infâncias, que dois caminhos distintos poderiam ser seguidos, o da sujeição e o da rebelião. A meu ver, após leitura dessa autora e de Winnicott, os atos violentos dessas crianças devem ser entendidos como formas de rebelar-se contra situações extremamente violentas nas quais são envolvidas sem que o desejem. Esses “rituais de rebeldia” (Vicentin, 2005, p. 29) terminariam por retirar da criança a violência sofrida e colocá-la em outro, fora de si – ação importante para autodefesa, como afirma di Loreto (2004). Dessa forma, se a violência pode surgir sem que se deseje, pode também ocorrer a partir de um desejo e, dessa forma, ser controlada pelo próprio ator.

Como já apontava Winnicott, ao diferenciar a criança tímida da criança ‘ousada’, esta sabe que poderá encontrar alívio ao exteriorizar sua agressividade, enquanto a tímida é movida por sua passividade e sente medo de encontrar a agressividade voltada contra si; talvez o uso de drogas seja uma forma de utilizar essa agressividade de maneira mais velada, na medida em que o mal provocado fica no próprio corpo.

Desse modo, podemos pensar na violência como um ato de esperança, como apontado por diversos autores. Pensar em Fátima, por exemplo, faz lembrar Winnicott e sua criança que retira do ambiente aquilo que perdeu e procura reaver, mesmo sem saber exatamente como ou o quê. Levanto a hipótese de que em furtos como os que Fátima demonstra, onde o destino do objeto é sua destruição (livrar-se dele pela privada), não há intenção de reter o objeto, não há idéia de seu valor material, mas sim um chamado, uma convocação do olhar do outro. É importante que a criança possa receber esse olhar, para que não precise procurá-lo cada vez mais longe e tantas vezes em sua vida.

Outro elemento colocado por Carla é a influência da mídia sobre a violência. A entrevistada cita o filme brasileiro “Tropa de Elite”, lançado em 2007, que teve grande repercussão nacional ao tratar da relação violenta entre policiais, traficantes e usuários de drogas. Segundo ela, muitos filmes como esse retratam relações violentas que ficam valorizadas pelas crianças que atende como único meio de lidar com praticamente qualquer relação que venham a estabelecer. É certo que não há como culpabilizar apenas a mídia e a qualidade dos programas televisivos e dos filmes, mas não há também como não fazê-lo em certa medida, quando um tema tão delicado quanto o do filme exemplificado é exposto sem grande discussão.

Todos esses elementos relacionados poderiam nos ajudar a compreender o fenômeno. Carla parece enxergar isso nas falas e nos comportamentos das crianças com quem trabalha. As muitas influências, combinadas com alguma carência em casa, poderiam ser fator importante para o desamparo infantil e, conseqüentemente, seu retorno para outros elementos como a violência. Essa carência não necessariamente diz respeito à pobreza, mas a uma ausência dos referenciais parentais, como uma dificuldade dos pais em corresponder com seus papéis de educadores, afirmação apontada por Marin (2002).

Maria também reforça o papel dos pais na educação dos filhos. Através de sua experiência, compreende que em muitos dos casos com que trabalhou e que envolviam crianças e uso de drogas, parecia haver um abandono da criança, “*a falta de um olhar que a eduque*”, seja por um dos pais ausentes, seja por pais violentos entre si ou com os filhos. Nesse ponto lembro Ana, que dizia que a criança pode vir a violar um direito próprio, machucando-se de alguma forma, e que é aí que o adulto deve intervir.

Há no relato de Maria um exemplo da importância da significação, pelo adulto, das ações da criança, para que ela não fique apenas com o teor negativo que pode

carregar e não haja apenas punição, mas compreensão e atenção ao chamado da criança. A história de Antônio pode nos servir de exemplo. Apesar de termos poucos dados sobre sua vida, é de se imaginar que Antônio devesse demonstrar sinais, mesmo que tímidos, de que algo não ia bem consigo. Provavelmente na ausência de respostas, reagiu agredindo os colegas.

João compartilha história semelhante à de Antônio. Esses meninos nos ensinam que uma das sérias conseqüências de não se levar em consideração situações como as suas é a não interferência de um adulto responsável e, mais tarde, o agressor sofrer as conseqüências – quando o ato é colocado em ação, não há mais como negá-lo e, geralmente, o agressor é responsabilizado sem que se pense em ações construtivas. Nesses casos, ambos são agressores e vítimas: há que se pensar que, quando se coloca tanta rejeição em um outro, algo não vai bem consigo.

Além dos tipos de denúncias que aparecem, é interessante pensar também no veículo que dispõem para se fazerem ouvidas. Nas três instituições a família apareceu como forte referencial de encaminhamento dos casos, geralmente em situações para as quais não possuíam respostas, como nos casos de evasão escolar ou brigas provocadas por suas crianças. Essas instituições apareciam, então, como referência de ajuda aos pais na educação de seus filhos. Aqui aparece a relevância das afirmações de Marin (2002) sobre a dificuldade atual dos pais na educação dos filhos, já que os referenciais estão sempre sendo alterados e, muitas vezes, colocados fora da família.

Além dela, a escola também apareceu como importante colaborador para os conselhos tutelares, na medida em que encaminha casos de crianças envolvidas com situações de violência dentro ou fora de seus muros (ou seja, tanto crianças que sofriam, quanto crianças que praticavam ações violentas na escola ou em outros ambientes). O mesmo não foi apontado por Carla, que diz ainda não haver parceria sedimentada entre o posto de saúde e as escolas próximas, não sendo aquele um referencial para estas instituições.

De acordo com a experiência de Maria, muitas das denúncias que recebe são encaminhadas pelas escolas pelo fato de serem locais onde grande parte das situações de violência tem espaço para ocorrer. Sendo, nesses casos, a casa um lugar de forte violência, a criança pode não encontrar espaço para se expressar, principalmente se o fizer por meio de mais violência; como aponta Maria, por vezes *“não há espaço em casa, principalmente pelo fato deste ser o local onde a criança sofre a violência”* (mesmo quando é apenas expectadora, ainda assim a criança sofre algum tipo de

violência – violência que a retira do mundo infantil e a carrega ao mundo adulto). Deve ficar claro que aqui não trato apenas da violência explícita, óbvia, que pode ser confirmada no corpo, mas das muitas violências que podem existir – como exemplificam Winnicott e Marin, entre tantos outros – e que podem acabar virando lugar de referência para as ações, reações e relações na vida das crianças (e adolescentes e adultos).

A parceria com a escola e com outras instituições tem por finalidade efetivar aquilo que Maria ressaltava ser importante, ou seja, dar à criança possibilidades de ações que não estejam vinculadas a referenciais negativos e que relembrem aquelas que deram início ao trabalho com o conselheiro tutelar. Enquanto Maria diz conseguir parcerias com diversas instituições, através das quais insere as crianças em diversos projetos educacionais, Ana nega essa como uma possibilidade de trabalho do conselheiro tutelar. Desconheço a razão dessa afirmação, mas sugiro que ela possa ser um analisador do trabalho dessa profissional e da amplitude de seu trabalho, ainda que não deva ser, necessariamente, um fator limitante.

◦ Encaminhamentos

As três profissionais pensam os encaminhamentos das crianças que atendem a partir de um enfoque não centrado unicamente na criança, mas também naqueles que estejam com ela envolvidos, e não de maneira punitiva, mas pensando diversos aspectos da situação. Assim, apesar de possuírem meios de viabilização do trabalho relativamente distintos, todas privilegiam a escuta tanto da criança, quanto dos adultos envolvidos – como aponta Ana, geralmente há um adulto de referência, mesmo no caso da criança que mora na rua -, como previsto pelo ECA.

Maria ressalta que mesmo a criança em seus primeiros tempos de vida tem muito a dizer de sua história quando são oferecidos recursos possíveis, e assim tenta guiar seu trabalho. Se lembrarmos de Antônio, o menino de dez anos descrito por Maria, entenderemos a importância da escuta tanto do agressor, quanto do agredido; nesse caso, foi essa escuta que possibilitou a compreensão de que Antônio, apesar de agressor, vinha se sentindo como vítima há muito tempo, até que retirou de si o sofrimento e o colocou em outro. Além disso, esse trabalho deu espaço para a elaboração de outras possibilidades de ação, como a justiça restaurativa.

Assim, o trabalho inicial é escuta e, a partir dela, outros encaminhamentos podem ser pensados, de acordo com as exigências e possibilidades de cada caso. Esses encaminhamentos podem ser: acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, terapia familiar, aconselhamento familiar, medidas de proteção, internação em instituição (como Ana diz recorrer em alguns casos de crianças e adolescentes envolvidos com drogas). As entrevistadas afirmaram que as medidas de internação são tomadas somente em último caso.

Uma importante ferramenta apontada pelas profissionais é o uso do ECA na decisão do plano de trabalho. As conselheiras tutelares afirmaram conseguir guiar seus trabalhos a partir do que essa lei prevê para as crianças envolvidas com atos infracionais. No entanto, frisaram que é também extremamente relevante o trabalho em parceria com outros profissionais, sejam eles da mesma área de atuação ou não; segundo Ana, as atuações devem ser sempre repensadas e discutidas com outros colegas, a fim de poder sempre prestar um bom atendimento aos casos. Além do ECA, Maria lembra o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) ²¹.

Maria diz utilizar também a ESCA (unidade de atenção à criança e ao adolescente) de São Caetano, para que a criança seja avaliada por diversos profissionais, que deverão pensar em um encaminhamento comum. Essa medida pode ser utilizada em casos de crianças acima de seis anos de idade.

O ECA prevê as medidas de proteção à criança que devem ser aplicadas aos pais como uma possibilidade de apoio à criança e à família. Maria diz que, havendo a possibilidade de os pais não serem considerados capazes de “*dar conta*” do cuidado à criança, “*os casos são encaminhados para a Vara da Infância ou ao Ministério Público, encarregados de aplicar a lei*”. Vale lembrar o artigo 98 do ECA, que aborda a questão:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III – em razão de sua conduta.

²¹ O SINASE é caracterizado como uma política pública que visa a implementação do atendimento das medidas socioeducativas previstas no ECA, trabalhando a inclusão do adolescente em conflito com a lei.

Por sua vez, o artigo 100 prevê que as medidas sejam aplicadas levando-se em consideração “as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. Relembro o artigo 101, que fala sobre as medidas de proteção:

Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta.

Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

A suspensão ou a destituição do pátrio poder podem ser pedidas, através de sentença judicial, quando a família não é considerada capaz de zelar pelo bem-estar da criança. A princípio, essa medida é apenas temporária, até que a família possua condições de prestar os devidos cuidados. No entanto, as duas conselheiras tutelares afirmaram que ela é a última alternativa à qual recorrem, e somente quando nenhum outro trabalho obtiver êxito.

As duas conselheiras tutelares preocupam-se com a continuidade do acompanhamento das crianças até que completem dezoito anos. Parece-me que Maria consegue concretizar tal ação mais facilmente, por, entre outras possíveis razões, atender um público menor em número. Ela aponta que no Conselho Tutelar onde

trabalha tenta-se fazer encontros periódicos com a criança ou adolescente e seus pais, sendo que sua frequência (semanal, quinzenal ou mensal) depende da “*gravidade do caso*”. Ana diz não conseguir fazer o mesmo trabalho, devido à demanda de atendimento que recebe.

Maria aponta que o trabalho essencial do Conselho Tutelar é fazer encaminhamentos e o monitoramento dos casos recebidos. Trabalha por meio de relatórios e de reuniões periódicas com os diferentes profissionais envolvidos com os casos – segundo ela, é um “*trabalho em rede para pensar em ações*”. Ana parece seguir o mesmo trajeto, com algumas dificuldades, como a impossibilidade de fazer reuniões frequentes com os muitos profissionais; no entanto, diz sempre recorrer a outro conselheiro tutelar quando possui dúvidas em relação a algum encaminhamento.

Penso que uma diferença básica entre os dois Conselhos Tutelares apresentados seja o fato de se localizarem em regiões muito diferentes, que contam com públicos e aparatos institucionais distintos. Maria, por exemplo, possui acesso a projetos educacionais aos quais pode demandar vaga quando necessário, enquanto Ana diz que este “*não é um trabalho do Conselho Tutelar*”. Assim, o alcance do trabalho dessas duas profissionais parece ser diferente devido algumas questões que, a meu ver, seriam: recursos financeiros e de profissionais, tamanho do grupo de crianças que necessita atendimento, formação profissional – Maria, além de conselheira tutelar, tem diploma de psicologia e, apesar disso não dizer tudo sobre seu trabalho, pode explicar a razão de ter apresentado uma escuta diferenciada em relação às crianças que atende, efetivando, mesmo que com dificuldade, o acompanhamento dessas ao longo dos anos – instituições parceiras, entre outros.

Sobre esse alcance do trabalho realizado, há também interferência da relação que a população local estabelece com o Conselho Tutelar, ou seja, o quanto ele é, de fato, tido como um lugar que representa possibilidade de ajuda. Maria fala sobre um trabalho de sensibilização sobre a atuação do Conselho Tutelar realizado com a população de São Caetano em 2005, que fez com que a imagem até então tida acerca do Conselho Tutelar fosse alterada; diz que antes dessa data o Conselho Tutelar “*era visto como um órgão punitivo*”. Em 2005 foi feito um trabalho com juízes e escolas locais visando uma mudança nesse olhar, a fim de mostrar que o Conselho era “*um órgão de apoio, de ajuda*”.

No posto de saúde, Carla relata um trabalho semelhante elaborado na região onde trabalha, quando, diversas vezes, foi às escolas locais a fim de mostrar aos jovens

e aos trabalhadores ações realizadas pelo posto de saúde. No entanto, relata não ter obtido sucesso e que nem mesmo as escolas concretizam essa parceria.

Carla, devido à sua formação e ao seu local de atuação, possui funções e meios de atuação diferentes daqueles utilizados pelo Conselho Tutelar. Ela realiza semanalmente grupos de jovens e crianças nos quais são realizadas tarefas e conversas sobre temas diversos. Através desses grupos, Carla tem contato com a realidade das crianças que, em seus discursos e pelas maneiras com as quais se colocam frente às outras pessoas ali presentes, falam do ambiente violento no qual estão inseridas. A partir dessas conversas e brincadeiras, Carla pôde descrever a maneira com a qual essas crianças enxergam e se colocam no mundo, parecendo ter “*a violência como única referência*”.

Além dos grupos, há também no posto de saúde uma brinquedoteca que, segundo Carla, é por vezes um dos únicos recursos que as crianças possuem como meio de expressão. Segundo ela, muitas crianças chegam à brinquedoteca por opção própria e somente participam dessa atividade por ser um local onde não precisam necessariamente conversar sobre temas difíceis. Lembro aqui Winnicott, para quem a brincadeira pode ser, em si, um meio de exteriorizar e simbolizar questões internas.

No posto de saúde onde Carla trabalha também são realizados grupos com os pais, nos quais são discutidas as situações que eles apresentam e são pensadas, em conjunto, formas de atuação em relação aos próprios filhos. Carla diz que muitas das queixas referentes a crianças ou adolescentes em situação de violência ativa que chegam ao posto de saúde são resolvidas com o apoio e ajuda do grupo de pais. Vejo aí, novamente, o que Marin (2002) aponta como a dificuldade dos pais em ser os educadores de seus filhos; na ausência de outra referência, faz-se essencial o trabalho de Carla como um outro referencial para esses pais.

A partir das entrevistas pude compreender que, embora as possibilidades de trabalho das três profissionais sejam diferentes entre si, todas elas, tendo em vista a particularidade de cada criança escutada, planejam atendimentos em que a olham através de diferentes ângulos, visando compreender esses sujeitos e os múltiplos caminhos que os tenham levado até essas profissionais. No entanto, por vezes, esses trabalhos podem sofrer atravessamentos que dificultam sua execução ou até o impossibilitam completamente.

São muitos os atravessamentos que podem ocorrer, podendo eles ser em relação à criança ou à família que não se faz presente, à qualidade dos laços afetivos em torno

da criança, à sua inserção em projetos educacionais (como escola, esporte e outros), à relação da criança com a comunidade e, inclusive, questões institucionais, como falta de profissionais ou de recursos financeiros. Esse último parece ser um problema especialmente presente no Conselho Tutelar de Pinheiros, que não consegue amparar toda a demanda da região.

A partir de minhas leituras e das falas das profissionais entrevistadas, entendo que o fenômeno estudado deve ser compreendido a partir de um olhar que leve em consideração a vida de cada uma dessas crianças. Sendo assim, suas histórias podem ser contextualizadas e levadas em consideração para a compreensão dos motivos desse fenômeno e utilizados na elaboração de caminhos de cuidado que de fato façam sentido para cada criança e possam, então, ser seguidos.

A importância do olhar para cada criança, a meu ver, possibilita que ela não seja vista apenas como “mais um caso”, mas cada uma como um sujeito merecedor de um olhar atento e cuidadoso. Isso deverá possibilitar novas perspectivas a esses sujeitos e àqueles que estão a eles vinculados, visto que esses são também escutados e possivelmente colocados no papel de cuidadores (caso isso não ocorra, outras medidas que atendam às demandas da criança poderão ser tomadas).

A partir das entrevistas compreendi que é necessário, para um bom trabalho, que as crianças atendidas o sejam através de um olhar para as particularidades de suas histórias de vida. Outro ponto importante é que a ação dos profissionais não seja meramente punitiva, nem vise retirar a criança do mundo no qual vive, mas trabalhá-lo, a fim de que possa ser melhorado. Fica forte também a idéia de que essas instituições possam servir como lugar de referência e ajuda tanto às crianças, quanto às suas famílias, e como esse olhar diferenciado é, por vezes, o lugar de saúde em meio à violência.

É muito importante reforçar que é a compreensão do fenômeno em seus mais diversos aspectos que possibilita ao profissional pensar o caminho que deverá seguir nos acolhimentos dessas crianças e daqueles com elas envolvidos a fim de elaborar um trabalho aprofundado, que vise não somente o acolhimento dessas vidas, mas também a prevenção de futuras ‘violências’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu fazer um breve levantamento da bibliografia existente sobre criança e violência e, a partir disso, estudar as situações que chegam aos profissionais responsáveis. A primeira particularidade da questão é que muitos nomes são utilizados para definir o que este trabalho entendeu ser o mesmo fenômeno. Provavelmente esse fato se dê, entre outras razões aqui levantadas, pela delicadeza do tema, já que envolve crianças em situações nas quais geralmente são vítimas, e não os atores principais.

Por essa razão, foi feita a diferenciação dos termos violência e agressividade. No entanto, as duas palavras foram consideradas ao longo do trabalho, visto que o mais importante era compreender o que está por trás de crianças que praticam atos de violência – ou seja, sua família, sua comunidade, seu mundo – e isso pareceu ser independente, em grande parte do trabalho, dos termos utilizados para denominar essas ações.

Há também uma breve passagem sobre a história da infância, que se fez necessária pelo fato desse conceito ter sofrido alterações ao longo da História e assim continuar sendo. Essas alterações provavelmente tenham contribuído para a presença de outro fenômeno destacado por alguns autores: a dificuldade dos pais em se colocar na posição de educadores. Ou seja, se os referenciais sobre a infância sofreram diversas alterações, colocando a criança, muitas vezes, na posição de pequeno adulto (atualmente, enquanto consumidor em potencial), não seria esse um elemento que levaria os pais a também não reconhecerem o próprio lugar enquanto educadores?

Compreender a questão e falar da violência é um passo primeiro para a não estigmatização das crianças envolvidas em tais situações, para a abertura de espaço para novos rumos e para, quem sabe, a diminuição desse problema social. O fenômeno deve ser compreendido em sua dimensão individual e contextualizada, através da análise dos múltiplos fatores que o perpassam.

Ana aponta em sua fala algo do que Winnicott e Vicentin dizem a respeito dos atos violentos, sobre como podem estar a serviço de fazer alguma denúncia. Segundo Ana, *“a violência às vezes existe pra chamar atenção ou se defender ofendendo alguém”*. Sua fala, a meu ver, tem forte relação com os outros conteúdos acerca da violência aqui citados, já que eles estão em relação – a violência sofrida, a vida com

referência nessa violência, ser violento por defesa, por denúncia. Assim, me parece que são muitos os elementos que contribuiriam para levar uma criança a agir por meio de violência – no entanto, deve ficar claro que a referência na violência pode partir de muitos pontos, como família, colegas ou a mídia, e que essa realidade deve ser levada em consideração se pretendemos estudar ou lidar com a questão.

Não faço aqui uma defesa da violência, mas me preocupo em deixar claro que enquanto ela for encarada apenas enquanto ato, uma ação negativa, nada será feito para além de sua perpetuação atuada (porque não é falada e é sempre colocada no outro). Há que se falar para que algo possa ser alterado – esse é também o intuito deste trabalho.

A compreensão de que são muitos os referenciais que influenciam o fenômeno talvez possa nos ajudar a entender a razão das diferentes histórias das crianças aqui citadas conterem elementos distintos, mesmo que em essência não pareçam tão diferenciadas.

Quero dar destaque a um conteúdo específico das falas das entrevistas, que é o fato de todas considerarem que, paralelamente a qualquer tipo de análise e metodologia de trabalho que possuam é, sem exceção, de extrema importância que as crianças possam ter acesso a uma figura de referência. A importância de um lugar de referência já era ressaltada por Winnicott, quando ele afirmava que o olhar à criança não cabe a um profissional específico, mas a qualquer adulto responsável que se encarregue por tal cuidado. Assim, compreendo que a atuação das entrevistadas é um exemplo da defesa de Winnicott de que, na ausência do amparo materno (e familiar), há que existir na vida da criança um lugar de referência que eduque, escute e ampare, sendo que esse lugar pode aparecer representado na figura de um outro sujeito ou mesmo de instituições que possam ocupar tal papel, nunca de maneira punitiva, mas responsável e de fato educativa.

Assim, se as entrevistadas concordaram que a influência familiar exerce forte influência sobre as ações dessas crianças, há que se pensar que, mesmo na ausência da família, algo deve funcionar como foco de saúde. Ou seja, defendendo que a família seja um importante referencial, mas não que seja o único, principalmente nos casos em que não consegue dar conta da educação de seus filhos. É aí que entram os demais aparatos, como o Conselho Tutelar, o posto de saúde, a brinquedoteca, a escola, entre tantos outros. É importante lembrar que é essencial que essas instituições realizem trabalho sério, dedicado e com sentido para cada criança, levando em conta suas particulares.

Após este estudo, acredito ainda mais profundamente que a humanização é a ferramenta mais potente para a erradicação de qualquer problema que envolva o humano. No entanto, boa vontade não basta. É necessário falar sobre os temas mais difíceis, gastar energia pensando e fazendo. Bauman (2004) cita Arendt e seu discurso sobre o humano e a humanização, sobre como, para isso, é preciso, de fato, relacionar-se com tudo o que nos pertence. A humanização do tema levantado neste trabalho pretende retirar a criança “violenta” dessa categoria para que possa ser vista como, de fato, é e não como um padrão.

O mundo não é humano só por ser feito de seres humanos, nem se torna assim somente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se transforma em objeto do discurso... Nós humanizamos o que se passa no mundo e em nós mesmos apenas falando sobre isso, e no curso desse ato aprendemos a ser humanos. Esse humanitarismo a que se chega no discurso da amizade era chamado pelos gregos de *filantropia*, o “amor do homem”, já que se manifesta na presteza em compartilhar o mundo com outros homens (Bauman, 2004, p. 177).

Nesse “compartilhamento do mundo” muitas importantes figuras se fazem presentes, atuando de maneira positiva na vida dessas crianças. A importância das figuras de referência deve ser novamente destacada, pois, a partir de um olhar cuidadoso e individualizado podem representar uma nova possibilidade na vida das crianças e de suas famílias. Como diz Assis (1999), sobre a infração juvenil,

Todas estas instituições necessitam repensar o papel que desempenham na prevenção da infração juvenil. A melhoria da atuação e a integração da ação destas instituições precisa ser alvo de políticas públicas concretas e urgentes. Há que se criar meios de diminuir o elevado índice de evasão das escolas, melhorar o processo pedagógico nelas existentes, implementar creches, criar cursos profissionalizantes e outros suportes institucionais, em nível comunitário... Estas iniciativas são possíveis de serem tomadas pela sociedade, quando se considera a infração juvenil um problema coletivo e não apenas familiar (Assis, 1999, p. 209).

Assim, os parágrafos acima visam reforçar que o fenômeno aqui estudado deve ser *falado*. A violência, inerente ao humano, se compreendida como possibilidade de ação positiva e agente de mudanças, passa a não mais fazer parte do que deve ser escondido, mas pode ser analisada e aproximada. Por mais que a questão não seja aqui fechada, é aberto espaço ao menos para que muitas novas questões sejam pensadas e,

principalmente, para que nos responsabilizemos pelo cuidado de um tema delicado por dois motivos essenciais: por tratar, ao mesmo tempo, da criança e do violento em nós mesmos.

Finalizo esse trabalho com citação de Gabriela Mistral²², que considero de grande beleza por conter, ao mesmo tempo, grande racionalidade e emotividade. Além disso, acredito que nos instiga e provoca a pensar:

Nós somos culpados de muitos erros e muitas faltas, mas nosso pior crime é o abandono das crianças, desprezando a fonte a vida. Muitas coisas que precisamos podem esperar. A criança não pode. Ainda agora, o seu corpo está em formação, seu sangue está sendo feito e seus sentidos estão se desenvolvendo. Para ele não podemos esperar “Amanhã”. Seu nome é “hoje”.

²² Retirado de Marques, 1976.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADORNO, Sérgio. *O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem & estrela da manhã*. Ed. Nova Fronteira, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BELLONI, Maria Luiza. *Infância, máquinas e violência*. Educ. Soc. [online]. 2004, vol. 25, no. 87 [citado 2008-06-21], pp. 575-598. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200012&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73302004000200012>. Acesso em: 21 Jun. 2008.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas e LAMARÃO, Maria Luiza. *Criança, violência e cidadania*. Belém: UMANA/FCBIA/ASIPAG, 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Josefina Martins. *O ideal de completude narcísica e o adolescente surdo: um estudo clínico*, São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CIDADE TIRADENTEES – HISTÓRICO. Disponível em:
<<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spct/dados/historico/0001>>.
Acesso em: 22 Out. 2007.

CONSELHO TUTELAR. Disponível em:
<http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/conselhos_tutelares/0001>.
Acesso em: 03 Set. 2008.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

DI LORETO, Oswaldo. *Origem e modo de construção das moléstias da mente (psicopatogênese): a psicopatogênese que pode estar contida nas relações familiares*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DIAS, Elsa Oliveira. *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do Tráfico: Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Governo de São Paulo, 1992.

FANTE, Cleo. *Fenômeno Bullying*. São José do Rio Preto, Ativa, 2003.

JUSTIÇA RESTAURATIVA. Disponível em:
<http://64.233.169.104/search?q=cache:StZOQT69mNsJ:www.idcb.org.br/documentos/artigos3001/art_justicarestau.doc+justi%C3%A7a+restaurativa&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=6&gl=br>.
Acesso em: 31 Ago. 2008.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Violências*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. *Marginalização: menor e criminalidade*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA. Disponível em:

<[http://72.14.209.104/search?q=cache:-](http://72.14.209.104/search?q=cache:-bRRu7dqID8J:br.monografias.com/trabalhos/medida-socio-educativa/medida-socio-educativa.shtml+medidas+socioeducativas&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=8&gl=br)

[bRRu7dqID8J:br.monografias.com/trabalhos/medida-socio-educativa/medida-socio-educativa.shtml+medidas+socioeducativas&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=8&gl=br](http://72.14.209.104/search?q=cache:-bRRu7dqID8J:br.monografias.com/trabalhos/medida-socio-educativa/medida-socio-educativa.shtml+medidas+socioeducativas&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=8&gl=br)>.

Acesso em: 16 Mai. 2007.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POPULAÇÃO NOS ANOS DE LEVANTAMENTO CENSITÁRIO E TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL. Disponível em:

<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infocidade/htmls/7_populacao_nos_anos_de_levantamento_censi_1980_445.html>.

Acesso em: 14 Set. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Disponível em:

<http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/pagina.asp?ID_Pagina=8164>.

Acesso em: 30 Ago. 2008.

REVISTA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS, 2002. Disponível em:

<www.oab.org.br/comissoes/cndh/revista02.pdf>.

Acesso em: 23 Out. 2007.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias*. Dissertação de mestrado em Ciências sociais – antropologia. São Paulo: PUC, 1996.

SCHEUER, Anna Carolina de A. *A histeria na contemporaneidade*. São Paulo, 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SEADE. Disponível em: <www.seade.gov.br>.

Acesso em: 06 Jun. 2007.

SILVA, Helena O. e SILVA, Jailson de Souza. *Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: Unicef, 2005.

SOUZA, Ana Silvia Ariza de Souza. *Código de menores X ECA: mudanças de paradigmas*. Disponível em:

<<http://64.233.169.104/search?q=cache:SAy4I7qDzFUJ:www.promenino.org.br/TabId/77/ConteudoId/deed5f8a-32a1-48cb-b52f-816adc45e7e0/Default.aspx+c%C3%B3digo+de+menores&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gl=br>>.

Acesso em: 19 Set. 2008.

TRASSI, Maria de Lourdes. *Adolescência-violência: desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez, 2006.

UMA GUERREIRA CONTRA A FEBEM. In. Revista Caros Amigos. Disponível em:

<http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed60/entrevista.asp>.

Acesso em: 25 Out. 2007.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

VILHENA, Junia de. *A arquitetura da violência: reflexões acerca da violência e do poder na cultura*. Cadernos de psicanálise. Rio de Janeiro, v. 18, n. 21: 181 – 200, 2002.

VOLPI, Mario. *O adolescente e o ato infracional*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

WINNICOTT, D.W. *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

WINNICOTT, D.W. *Da pediatria à psicanálise – obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000.

WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WINNICOTT, D. W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.